

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS SANT'ANA DO LIVRAMENTO
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

ANA ALZIRA ARAÚJO MENDEZ

**PRIVATIZAÇÕES DAS SIDERÚRGICAS NACIONAIS:
A RELAÇÃO ENTRE A POLÍTICA E A CONFIGURAÇÃO DO TERRITÓRIO NA
DÉCADA DE 1990.**

**Santana do Livramento
2014**

ANA ALZIRA ARAÚJO MENDEZ

**PRIVATIZAÇÕES DAS SIDERÚRGICAS NACIONAIS:
A RELAÇÃO ENTRE A POLÍTICA E A CONFIGURAÇÃO DO TERRITÓRIO NA
DÉCADA DE 1990.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito para obtenção do título de
Bacharel em Ciências Econômicas pela
Universidade Federal do Pampa –
UNIPAMPA.

Orientador: Ana Luísa de Souza Soares

Santana do Livramento

2014

ANA ALZIRA ARAÚJO MENDEZ

**PRIVATIZAÇÕES DAS SIDERÚRGICAS NACIONAIS:
A RELAÇÃO ENTRE A POLÍTICA E A CONFIGURAÇÃO DO TERRITÓRIO NA
DÉCADA DE 1990.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito para obtenção do título de
Bacharel em Ciências Econômicas pela
Universidade Federal do Pampa –
UNIPAMPA.

Área de concentração: Ciências Econômicas

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 15/01/2015

Banca Examinadora:

Prof. Doutor Ana Luisa de Souza Soares
Orientador
UNIPAMPA

Prof. Doutor João Garibaldi Almeida Viana
UNIPAMPA

Prof. Gleicy Denise Vasques Moreira Santos
UNIPAMPA

Dedico este Trabalho a meus pais Edgar e Vany, ao meu marido Toni e aos meus filhos Rodrigo e Helena pelo companheirismo incentivo e apoio em todas minhas decisões. A eles a minha gratidão, carinho e amor.

AGRADECIMENTOS

Ao concluirmos um etapa é necessário agradecer àqueles que estiveram ao nosso lado, pois, sem apoio nada somos.

Primeiramente a meus pais Edgar e Vany, vocês são muito especiais para mim me dando todo apoio necessário para a realização este sonho, os amo muito.

Agradeço ao meu marido Toni a quem tanto amo pelo companheirismo, paciência e pela força em todos os momentos.

Agradeço aos meus filhos Rodrigo e Helena por existirem, pelo amor incondicional e por serem o principal motivo desta conquista.

Agradeço de coração a minha orientadora, a professora Ana Luísa pelo convívio, amizade e pelo seu incansável esforço, o qual foi fundamental para que este trabalho se realizasse.

Ao professor João por sua extrema educação e dedicação ao curso e pela confiança em mim depositada que me possibilitou chegar até aqui.

A professora Gleicy pelas boas conversas e incentivo nas pesquisas, por me ensinar a acreditar em nossos sonhos.

Aos demais professores por fazerem parte da construção deste sonho, marcando uma importante presença na minha vida acadêmica

As minhas “amigas” e colegas Tatiana e Elis que foram imprescindíveis na realização deste trabalho dando-me apoio, amizade verdadeira e auxílio em todos os momentos.

As demais pessoas que, de um ou outro modo, contribuíram para a realização desta pesquisa.

“O território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações de sua existência”.

Milton Santos

RESUMO

O presente trabalho trás a relação entre as medidas políticas e o território a partir do estudo da indústria siderúrgica nacional, para tanto, será utilizado o cenário anterior e posterior às privatizações da década de 1990, buscando mostrar como através dessa relação se modelaram as atividades econômicas e sociais dentro do território, ou seja, como se deram as relações de trabalho, a distribuição da produção e o processo competitivo no setor. Tendo por objetivo analisar a relevância das privatizações da indústria siderúrgica sobre a economia nacional, identificando as mudanças ocorridas quanto à organização do território na década de 1990. Para alcançar esse fim, será utilizado o método indutivo e a partir dele serão feitas as generalizações acerca do território nacional. Para tanto, observou-se que a cada período vivido diferentes usos são dados ao território, sendo estes resultantes da política econômica adotada. A partir do estudo acerca do setor siderúrgico nacional, foi notada a clara mudança na postura do Estado na condução das relações sociais e econômicas, passando de um Estado forte e alocador para um Estado mínimo e estabilizador, que cede seus direitos em definir o uso do território para os demais atores que passam a compor o espaço global. Portanto, conclui-se que a concepção tradicional de território, tendo o Estado como principal ator, evolui para a concepção de “território usado”, caracterizado por ser um espaço humano, habitado e dinâmico e interligado a redes, malhas e centralidades externas ou globais. Porém, este induz a uma configuração fragmentada, resultando em um território nação composto por “espaços competitivos”, favorecidos por um Estado mínimo. Neste a atuação das medidas políticas não possuem igual alcance, no que tange as relações sociais e o desenvolvimento uniforme das regiões do país. Assim, o que o Estado constitui e busca em um momento ora se desfaz no outro, de acordo com as medidas políticas adotadas decorrentes das influências externas, afetando diretamente o território e alterando sua concepção. A globalização somada às políticas neoliberais conduz o território a um espaço inserido neste contexto maior, e a evolução dessa relação irá possibilitar continuamente novas configurações ao longo do tempo vivido.

Palavras-chave: Privatizações, Políticas regionais, Território.

ABSTRACT

This work covers the relationship between policy measures and the territory, from the study of the domestic steel industry, there will be used a previous and later scenario of 1990's privatizations, attempting to show how through this relationship are shaped the social and economic activities in the territory, I mean, as occurs labor relations, the distribution of production and the competitive process in the industry. In order to analyze the relevance of privatization of the steel industry on the national economy, identifying the changes on the design of the territory in the 1990s. To achieve this, we will use the inductive method to make generalizations about the national territory. Therefore, it was observed that each lived period made different uses of the territory, being these results to the economic policy adopted. From the study of the national steel industry, a clear change was noted in the state's position on the management of social and economic relations, changing from a strong and regulator state to a minimal state and governor, who gives their rights to define the use of the territory to the other actors that became part of the overall space. Therefore, it is concluded that the traditional conception of territory, with the State as main actor, evolves to conception "used territory", characterized by being a human space inhabited and dynamic and interconnected networks, external or global mesh and centralities. However, this leads to a fragmented configuration, resulting in a national territory composed by the "competitive space" favored by minimum state. In this, performances of policy measures do not have the same scope, in terms of social relations and the uniform development of the country. Like this, what the state is searching at any given time, vanishes in the other, according to the adopted policy measures, resulting from external influences, directly affecting the territory and changing its design. The globalization added to neoliberal policies leads the territory to an inserted space in this larger context, and the evolution of this relationship will continually allow new configurations over lifetime.

Keywords: Privatization, Regional Policies, Territory.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa do Parque siderúrgico Nacional.....	65
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Criação das siderurgias Estatais, 1920 a 1960	38
Tabela 2 – Mercado siderúrgico brasileiro, 1952 a 1973	40
Tabela 3 – Privatizações do setor siderúrgico, 1991 a 1993	58
Tabela 4 – Indicadores da siderurgia brasileira, 1988 e 1989.....	61
Tabela 5 – Produção de aço segundo Estados produtores, 1988	62
Tabela 6 – Produção de aço por estado no Brasil	65-66
Tabela 7 – Faturamento, lucro líquido e patrimônio líquido, 1991 a 1995	67
Tabela 8 – Investimentos no setor siderúrgico por unidade produtiva período 1994 a 2001.	68
Tabela 9 – Investimento por segmento no setor siderúrgico, 1994 a 2000.....	69
Tabela 10 – Produção de aço, emprego e investimento no setor siderúrgico, 1990 a 1998 ...	70
Tabela 11 – Produção de aço, emprego e investimento no setor siderúrgico de 1990-98.....	71

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição setorial do consumo aparente	43
Gráfico 2 – Acionistas pós-privatizações	64

LISTA DE SIGLAS

ABCM – Associação Brasileira do Carvão Mineral
ACESITA – Aços Especiais Itabira
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BP – Balanço de Pagamentos
CSN – Companhia Siderúrgica Nacional
CST – Companhia Siderúrgica Tubarão
COFAVI – Companhia Ferro e Aço Vitória
COSIM – Companhia Siderúrgica Mogi das Cruzes
COSIPA – Companhia Siderúrgica Paulista
CVRD – Companhia Valle do Rio Doce
DIEESE -Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.
ES – Espírito Santo
FOB – FreeOnBoard
I PND – Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento
II PND – Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento
IABr – Instituto Aço Brasil
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e estatística
IBS – Instituto Brasileiro de Siderurgia
IED – Investimento Externo Direto
IPI – Imposto Sobre Produtos Industrializados
MDIC – Ministério o Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul MG- Minas Gerais
PAI – Programa de ação Imediata
PETROBRAS – Petróleo Brasileiro SA
PIB – Produto Interno Bruto
PND – Programa Nacional de Desestatização
P&D – Pesquisa e Desenvolvimento
RJ – Rio de Janeiro
SEPLAN – Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico
SIDERBRAS – Siderúrgica Brasileira
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

USIMINAS – Usinas Siderúrgicas de Minas

USIBA – Usina Siderúrgica da Bahia

URV – Unidade Real de Valor

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	17
2.	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	22
2.1.	Território e Espaço.....	23
2.2.	As mudanças na configuração das regiões decorrentes de processos tecnológicos ..	28
2.3.	Políticas e o desenvolvimento regional.....	33
3.	A IMPORTÂNCIA DA INDÚSTRIA SIDERÚRGICA NA ECONOMIA NACIONAL	37
3.1.	Importância histórica da Siderurgia.....	37
3.2.	A indústria siderúrgica atualmente	41
3.2.1.	Setor siderúrgico e a dinâmica internacional	42
3.2.2.	Setor siderúrgico e a dinâmica interna	43
3.2.3.	A indústria siderúrgica e as políticas de desenvolvimento regional	45
4.	A CONJUNTURA POLÍTICA E ECONÔMICA QUE INDUZIU AO PROCESSO DE PRIVATIZAÇÕES NA SIDERURGIA NACIONAL	50
4.1.	A conjuntura econômica da década de 1980 e a situação do setor siderúrgico.....	50
4.2.	As privatizações e a alavancagem na siderurgia a partir dos anos 1990	54
5.	O PERÍODO PÓS-PRIVATIZAÇÕES E AS MUDANÇAS NO SETOR SIDERÚRGICO NACIONAL	60
5.1.	As principais características do setor na década de 1980	60
5.2.	Década de 1990: pós-privatizações.....	63
5.2.1.	Competitividade	66
5.2.1.1.	Situação financeira das empresas	66
5.2.1.2.	Investimentos	68
5.2.1.3.	Tecnologia e P&D	69
5.2.2.	Escala de produção.....	70
5.2.3.	Relações de emprego.....	70
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
7.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	77

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca elucidar as transições das políticas macroeconômicas, bem como entender a relação existente entre estas políticas e a configuração do território nacional. Para isso serão trazidas as privatizações, caracterizando as políticas liberais que passam a emergir na década de 1990, e a indústria siderúrgica por ser um dos alvos neste processo de privatização. Portanto a partir deste contexto surgirão as explicações acerca da configuração do território nacional.

A quebra da Bolsa de Valores de New York, em outubro de 1929, acaba por desencadear uma grande crise financeira mundial, conhecida como a Grande Depressão. As dimensões tomadas pela crise se dão devido à posição hegemônica ocupada pelos Estados Unidos no cenário mundial, visto que este vivia o auge de sua euforia econômica. A crise se estende pela década de 1930. Neste cenário, emergem as Teorias Keynesianas que se contrapõem as Teorias Clássicas Liberais, vigentes na época e, a partir de então começa a pensar-se um novo modo de guiar a economia e a política. Portanto, no Brasil na década de 1930 em diante, as políticas de cunho keynesiano se fazem presente, prevendo a intervenção do Estado na economia, ou seja, o Estado como principal ator, responsável pelo planejamento e conseqüentemente o desenvolvimento do país.

A partir de 1930 segundo Rückert (2005) o “Estado Desenvolvimentista consolida as principais infraestruturas estratégicas nacionais e, com isso, assume o papel de principal artífice da construção da nação”. Entre essas infraestruturas estratégicas pode ser destacada a constituição da indústria siderúrgica, que por ser uma indústria de base tem um grande impulso no governo desenvolvimentista de Getúlio Vargas (1930-1945), visto que, neste período impulsiona-se a industrialização de base (infraestrutura) promovendo o aumento da demanda do setor siderúrgico.

As concepções macroeconômicas de caráter keynesiano influenciaram fortemente a formulação das políticas de desenvolvimento regional que passaram a ter força a partir das décadas de 1950 e 1960, as quais ficaram conhecidas como *primeira geração de políticas regionais* (DINIZ; CROCCO, 2006). Porém, estas políticas se estendem até a década de 1980, devido à conjuntura mundial, a qual apresentava uma forte estagnação econômica. Evidencia-se a partir desse momento o esgotamento das teorias e instrumentos econômicos de cunho keynesiano, utilizados até então como proposta de desenvolvimento.

A tendência mundial após os anos 1980 passa a ser a globalização, representando uma mudança de paradigma, onde as políticas keynesianas, dão lugar às políticas de cunho liberal, seguindo, portanto as tendências de um mundo globalizado, onde o Estado passa a ter agora um papel democrático e regulador e dessa forma novos atores passam a organizar o território. Estas políticas preveem um Estado Mínimo, o melhoramento nas condições da oferta e não da demanda, como no caso keynesiano, e no campo macroeconômico introduz a busca pela estabilidade monetária acima de tudo (DINIZ; CROCCO, 2006).

A adoção do sistema político liberal trouxe uma nova configuração ao território, causando desindustrialização em algumas regiões e aumento da dinâmica econômica em outras, ou seja, tornando algumas regiões aceleradas economicamente em detrimento de outras, com isso, gera-se a necessidade de reaver as políticas, entrando em cena a *segunda geração de políticas regionais*. Onde o enfoque está prioritariamente no aumento da competitividade e assume um importante papel a inovação, o investimento em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), além das instituições e valorização das capacidades locais, buscando potencializar as características endógenas das regiões (DINIZ; CROCCO, 2006).

A globalização encontra seu espaço no Brasil a partir dos anos 1990, podendo ser observada, também, nos processos de privatizações intensificados no país nesta década, estes processos podem ser sintetizados pela venda de empresas estatais para o capital privado, com o intuito de melhorar o processo produtivo e ampliar o acesso da população aos serviços. Entre os principais setores privatizados encontram-se o siderúrgico, o de energia, de telecomunicações, de minérios entre outros. As privatizações ganham força no governo Fernando Collor de Melo (1990-1992), este buscando romper com o modelo industrial vigente e levando em consideração as recomendações do Consenso de Washington (1980), privatiza primeiramente o setor siderúrgico, com isto, previa-se o aumento da competitividade da indústria através da modernização tecnológica do setor.

Antes das privatizações o setor siderúrgico do país encontrava-se altamente endividado, com uma tecnologia defasada, pois o controle do Estado reduzia a capacidade de investimento, limitando a produção e, conseqüentemente, o comércio interno e externo ficava restrito. Devido à falta de investimento em tecnologia este setor apresentava um alto passivo ambiental. O quadro econômico observado era grave. Mesmo o país possuindo uma das maiores reservas de minério de ferro do mundo, insumo indispensável para o setor, e mão-de-obra abundante, obtendo uma vantagem comparativa frente a vários países, mostrava-se com

sérios entraves ao desenvolvimento e com uma baixa competitividade no mercado internacional (ANDRADE et al, 2002).

Porém, nesse processo de privatizações notam-se claramente duas questões importantes uma positiva relacionada ao aumento da competitividade da indústria brasileira, onde aqui será elucidado o caso da siderurgia nacional; e por outro lado um aspecto negativo relacionado ao aumento das desigualdades regionais, visto que desse momento em diante as atividades econômicas passam a ter uma nova configuração, passando a ser regidas pelas empresas internacionais, o capital financeiro e a busca incessante pelo lucro, existindo uma espécie de seleção neste processo onde o capital parece decidir e fadar regiões a estagnação ou ao dinamismo econômico.

Portanto, acarretando em uma nova configuração econômica do território, visto que os governos, tanto nacional como local, perdem significativamente o controle sobre o desenvolvimento das regiões, passando a ter o papel de regulador das relações e não mais o de principal ator e propulsor do desenvolvimento, emergindo a partir desses novos agentes os novos usos do território (RÜCKERT, 2005).

O território deve ser visto como algo dinâmico, como algo que evolui de acordo com as tendências econômicas e políticas, onde pode ser conceituado de acordo com Santos e Silveira como território usado, ou seja,

Por território entende-se geralmente a extensão apropriada e usada [...] o uso do território pode ser definido pela implantação de infraestruturas, para as quais estamos igualmente utilizando a denominação de *sistemas de engenharia*, mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade. São os movimentos da população, a distribuição da agricultura, da indústria e dos serviços, o arcabouço normativo, incluídas a legislação civil, fiscal e financeira, que juntamente com o alcance e a extensão da cidadania, configuram as funções do novo espaço geográfico (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p.19;21).

Tendo em vista a situação dialética trazida pelas privatizações que mostra por um lado à alavancagem de setores chaves da economia e a inserção do país na dinâmica global e por outro, uma mudança significativa na configuração do território, devido ao aumento ou diminuição do dinamismo econômico das regiões, questiona-se: Qual a relevância das privatizações ocorridas na indústria siderúrgica sobre o território nacional na década de 1990?

Assim, com o propósito de responder a questão que norteia este estudo, a qual se refere a analisar a relevância das privatizações da indústria siderúrgica sobre a economia

nacional, identificando às mudanças ocorridas quanto à concepção do território na década de 1990. Foram traçados objetivos específicos, os quais buscaram descrever a importância da indústria siderúrgica na economia nacional, caracterizar a conjuntura política e econômica que induz ao processo de privatizações na siderurgia nacional, identificar quais os reflexos da privatização da indústria siderúrgica quanto à competitividade, relações de trabalho, produtividade e inserção no comércio exterior, bem como avaliar como as alterações na indústria siderúrgica modificaram a configuração do território

O problema a ser discutido e analisado neste trabalho refere-se ao processo de privatizações ocorridas na indústria siderúrgica sobre a economia regional e seus reflexos na configuração do território na década de 1990. Neste contexto é escolhido o setor siderúrgico por ser um setor economicamente estratégico e, por este ter vivenciado tanto as políticas de cunho keynesiano, a partir da década de 1930, como as políticas de cunho liberal que passam a ser praticadas da década de 1990 em diante.

Já a escolha do estudo do processo de privatizações é justificada por caracterizar uma mudança de paradigma, onde se rompem as amarras que atrelam as decisões econômicas ao Estado. A privatização na indústria siderúrgica passa a ser a forma plausível para a ampliação dos investimentos e atraindo maiores capitais ocasionando o aumento da competitividade do setor. Portanto, os resultados a serem encontrados trarão elementos capazes de desmistificar o processo de privatizações, passando a compreendê-lo pela ótica do território nacional, mostrando que todas as decisões tomadas sempre terão seus pontos positivos e negativos. O território é trazido para este íterim, pois incorpora diretamente as transformações político-econômicas sofridas pelo país.

A análise mostra-se relevante pelo fato de empiricamente comprovar que as configurações incorporadas pelo território em um dado período são decorrentes das decisões, políticas e econômicas, tomadas pelo Estado. E essas configurações acabam por caracterizar as regiões de modos distintos influenciando a sociedade como um todo.

Espera-se que este trabalho contribua de forma positiva, despertando o interesse dos demais acadêmicos acerca deste assunto tão rico e amplo, visto que, vários aspectos que alteram a geografia econômica do país podem ser estudados com um maior aprofundamento, pois todos eles acabam de uma forma ou outra se interligando e influenciando o nosso cotidiano.

A metodologia empregada neste estudo trás como linha principal de análise o método indutivo, onde segundo Munhoz

O método indutivo é aquele que, a partir da análise de fatos particulares, tende a gerar conclusões mais amplas, em relação a um universo maior. A própria denominação *indução* qualifica o processo de investigação como a aceitação da validade de generalizar-se comportamentos observados num campo mais restrito (1982, p. 23).

Portanto, o fato particular a ser analisado será o processo de privatização dentro da indústria siderúrgica, tirando-se a partir dele generalizações mais amplas acerca do que ocorre com as regiões e conseqüentemente com a configuração do território nacional dentro desse processo.

Formas de análise secundárias serão juntamente utilizadas à linha principal como forma de melhor conduzir a investigação a cerca da temática discutida. Para tanto, tendo em vista os objetivos específicos já citados, utilizar-se-á o método objetivo para auxiliar na descrição da importância do setor siderúrgico para a economia nacional, tendo este método o “sentido de atenção para fenômenos concretos, e a investigação centrada em dados da realidade observada” (MUNHOZ, 1982, p. 25).

Já o método histórico de investigação será utilizado com o intuito de melhor explorar acerca das políticas adotadas no Brasil, reflexas da conjuntura mundial que levam ao processo de privatização. Este método “percorre o tempo na tentativa de conhecer o comportamento de determinada realidade, investiga-se, paralelamente, os condicionamentos que, em cada momento, podem ter influenciado o quadro objeto de estudo” (MUNHOZ, 1982, p. 25-26)

Com o propósito de identificar os reflexos das siderúrgicas nacionais quanto à competitividade, às relações de trabalho e sua inserção no comércio internacional, bem como avaliar a configuração do território a partir das privatizações, serão utilizados os métodos microeconômico e macroeconômico, pois “muitas vezes um processo de investigação requer tanto a introdução de estudos ao nível microeconômico como de análises macroeconômicas, compondo-se a pesquisa a partir de um conjunto de estudos desenvolvidos a diferentes níveis de agregação” (MUNHOZ, 1982, p. 26).

Para a melhor compreensão das mudanças ocorridas no contexto analisado serão utilizados dados secundários, priorizando fontes oficiais como o Instituto Aço Brasil (IABR) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Bem como, para dar

suporte à pesquisa foram utilizados outros dados, igualmente secundários, retirados de artigos, teses e dissertações, bem como de informativos setoriais dispostos em sites oficiais. Para que fossem captados os impactos decorrentes das mudanças das privatizações sobre o território, foram utilizados dados acerca da escala produtiva, produtividade, nível de emprego, nível de exportações e importações, nível de investimento, bem como o percentual acionário e o percentual de produção por Estado medir a concentração nesta indústria. Assim, valendo-se de dados econômicos e sociais, buscaram-se respostas para o problema que guia esta pesquisa.

Portanto, o trabalho será dividido em seis seções a contar com esta introdução. A segunda seção buscará mapear conceitos e contribuições teóricas que se fazem importantes para a compreensão do estudo; a terceira seção aborda a importância da indústria siderúrgica na economia nacional, a qual será discutida a partir de sua importância histórica, interna e externa ao país bem como regional. Na quarta seção será discutida a conjuntura política e econômica que induziu ao processo de privatizações do setor siderúrgico abrangendo respectivamente as décadas de 1980 e 1990. Já, a quinta seção refere-se ao período pós-privatizações elucidando as principais mudanças ocorridas no setor em relação à competitividade, emprego e produção. E por último, na sexta seção, são apresentadas as considerações finais acerca do problema proposto.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Com intuito de investigar como se dá a configuração do território, em um dado período, sob influência das políticas macroeconômicas, o presente capítulo buscará através de uma breve revisão bibliográfica da literatura existente, mapear conceitos e contribuições teóricas que se mostram relevantes no campo de estudo sobre o território.

2.1 Território e Espaço

Ao longo da história, o território de um país passa por inúmeras transformações, estas são resultantes de cada período vivido, das decisões políticas e econômicas internas e da conjuntura mundial. Carrega-se, portanto, a herança do período anterior e agregam-se as medidas tomadas no período vigente, desta forma a cada período a configuração do território se dá de formas diferentes (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 20). Como expõem Santos e Silveira (2001, p. 20) “uma periodização é necessária, pois os usos são diferentes nos diversos períodos históricos”.

Várias definições são auferidas ao termo território na busca por sua conceitualização. Para tanto, sabe-se que outras áreas da ciência além da geografia utilizam-se destas definições, a exemplos a Ciência Política, principalmente quando se refere ao Estado, e a Antropologia, especialmente quando esta se refere às sociedades tradicionais (HAESBAERT, 2011). Para tanto, as diferentes concepções teóricas podem ser divididas em dois grupos de referenciais, sendo estes:

- a) O binômio materialismo e idealismo, desdobrado depois em duas outras perspectivas, a visão mais totalizante e a visão mais ideal de território em relação a: i) o vínculo sociedade natureza; ii) as dimensões sociais privilegiadas (econômica, política e ou cultural)
- b) A historicidade do conceito, em dois sentidos: i) sua abrangência histórica– se é um componente ou condição geral de qualquer sociedade ou se está historicamente circunscrito a determinado (s) períodos (s) ou grupo (s) sociais; seu caráter mais absoluto ou relacional: físico-concreto (como “coisa”, objeto), ou social-histórico (com relação) (2011, p.45).

Apesar de existirem referenciais teóricos bem marcados, no momento atual existe um entrosamento ou um entrecruzamento entre eles (HAESBAERT, 2011). Portanto, a preocupação relacionada à conceitualização do termo território esta em “mapear”,

respeitando suas complexidades, as várias frentes com que o território foi definido dentro dos grandes referenciais anteriormente enunciados” (HAESBAERT, 2011, p. 46). No entanto, a geografia política em sua forma mais clássica define o território como:

Um espaço de exercício de um poder, o qual o mundo moderno se apresenta como um poder basicamente centralizado no Estado. Trata-se, portanto, da área de manifestação de uma soberania estatal, delimitada pela jurisdição de uma dada legislação e de uma autoridade. O território é, assim, qualificado pelo domínio político de uma porção da superfície terrestre (MORAES¹, 2003, p.1 apud RÜCKERT, 2005, p. 83).

Segundo a concepção clássica o Estado seria o propulsor das transformações, ou seja, responsável pelas transformações do espaço. Mas esta corrente passa a ser questionada após a crise do Estado Desenvolvimentista, havendo a necessidade de uma maior flexibilização teórica a qual deve aproximar-se de um objeto de análise mais amplo (RÜCKERT, 2005, p. 84).

Assim, devido à necessidade de ampliação da análise, incorporam-se às discussões acerca da definição do termo território, os diversos atores sociais que passam a fazer parte de sua construção, nas palavras de Raffestin² (1993, p. 7-8 apud RÜCKERT, 2005, p. 84) “são esses atores que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. Há, portanto, um ‘processo’ do território quando se manifestam todas as espécies de relações de poder, que se traduzem por malhas, redes e centralidades”.

Mesmo existindo diversas concepções de território, todas são marcadas por uma relação de poder, mas não só poder político tradicional, mas pelos poderes de dominação e de apropriação (HAESBAERT, 2004). Apropriação e dominação foram explicadas por Lefebvre, dando ênfase a sua distinção, no qual “o primeiro sendo um processo muito mais simbólico, carregado das marcas do ‘vivido’, do valor de uso, o segundo mais concreto, funcional e vinculado ao valor de troca” (HAESBAERT, 2004). Onde nas palavras de Lefebvre,

O uso reaparece em acentuado conflito com a troca no espaço, pois ele implica “apropriação” e “não propriedade”. Ora a própria apropriação implica tempo e tempos, um ritmo ou ritmos, símbolos e uma prática. Tanto mais o espaço é funcionalizado, tanto mais ele é dominado pelos “agentes” que o manipulam tornando-o funcional, menos ele se presta à apropriação. Por quê? Porque ele se

¹MORAES, A. C. de. **Ordenamento territorial**: uma conceituação para o planejamento estratégico. Brasília: Ministério da Integração Nacional. Oficina sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial. Nov 2003. 5 p. (Não publicado).

²RAFFESTIN, C. Remarques sur les notions d’espace, de territoire et de territorialité. **Espaces et Sociétés**, Paris, Juin-Décembre, p.167 – 171, 1982.

desloca fora do tempo vivido, aquele dos usuários, tempo diverso e complexo (LEFEBVRE³, 1986: 411-412, grifo do autor, apud HAESBAERT, 2004).

De acordo com essa concepção, pode-se inferir que a composição de espaço-social vai depender dessas relações de dominação político-econômicas, as quais são consideradas mais concretas e funcionais, bem como das relações de apropriação simbólico-culturais, consideradas mais subjetivas (HAESBAERT; 2004).

No entanto, cabe ressaltar que Lefebvre refere-se sempre a espaço e não a território, sendo este sempre um espaço social construído. Onde nas palavras de Haesbaert (2004) pode-se afirmar que este é "um espaço feito território", o qual sofre influência direta dos diversos atores que o compõe, ou seja, da multiplicidade de poderes em que estes estão envolvidos.

Observa-se que tradicionalmente o território é identificado como categoria de análise, vinculado às concepções de construção do Estado e as transformações que sofre através das políticas econômicas e sociais, mas cabe salientar que essa concepção vai se deteriorando, tomando para si a concepção de espaço simbólico dentro deste contexto maior que é a globalização.

Portanto, o território passa a vestir a roupagem e a modelar-se de acordo com as decisões sociais, políticas e econômicas internas ao país que em sua maioria são reflexos das dinâmicas no âmbito internacional. A partir da década de 1970, configura-se no cenário mundial, segundo Albagli (2004, p. 52-53):

A passagem para um novo padrão tecnológico e produtivo, centrado no desenvolvimento e difusão das modernas tecnologias da informação e comunicação. Estas impactam sensivelmente os usos e significados do espaço e do tempo aprofundando o processo de internacionalização das economias e difundindo o uso do termo globalização.

A globalização intensifica as relações sociais em nível mundial. Através das redes aproxima as localidades fisicamente distantes. Os eventos locais moldam-se influenciados por eventos que ocorrem a longas distâncias e vice-versa. Para Giddens⁴ (1991, p.32 apud ALBAGLI) "esse é um processo dialético, porque tais acontecimentos locais podem se deslocar numa direção inversa às relações muito distanciadas que os modelam".

³LEFEBVRE, H. La Production de l'Espace. Paris: Anthropos, 1986 (1974).

⁴GIDDENS, A. **As Consequências da Modernidade**. São Paulo: Hucitec, 1991.

O processo globalizante altera as relações produtivas, visto que, ocorrem mudanças profundas na estrutura, na relação técnica e social, no padrão organizacional e locacional das empresas. Estas alterações refletem no âmbito político, econômico e social, gerando mudanças significativas na estrutura, e que podem ser vistas através das modificações sofridas pelo território (DINIZ, 2001).

Neste contexto, além do domínio dos fluxos e dos espaços o domínio do tempo também merece destaque, visto que na busca por garantir vantagens competitivas, as quais irão se dar pela densidade organizacional (RÜCKERT, 2005), o tempo se impõem ao território quase que o obrigando a se inserir rapidamente a esse novo padrão tecnológico, produtivo e socioeconômico (ALBAGLI, 2004, p.55). Becker⁵ destaca que as vantagens competitivas “não são determinadas [somente] pela tecnologia– decorrem também das condições particulares do território em termos de recurso e da iniciativa política” (1993, p. 288 apud ALBAGLI, 2004, p. 55).

A relação tempo e espaço a qual Harvey⁶ (1982, apud DINIZ, 2001, p. 5) denominou “compressão espaço tempo”, trouxe grandes mudanças para as estruturas, alterando tanto as relações dentro de um mesmo território, como em nível internacional (DINIZ, 2001). Podendo ser observada a partir de três aspectos: o primeiro relacionado à generalização dos meios de comunicação e controle, o que tornou a dissipação das informações científicas e tecnológicas, bem como políticas econômicas e culturais mais rápidas (DINIZ, 2001).

Em segundo lugar, devido ao melhoramento das tecnologias, é observado um melhoramento dos transportes e armazenagem de um grande e variado número de produtos e serviços, não mais necessitando que estes sejam produzidos e consumidos em seus locais historicamente tradicionais, este fato tem relação direta com o nível de emprego observado na economia. E em terceiro destaca-se a mudança na base tecnológica produtiva, que passa de uma base pesada para uma mais leve (DINIZ, 2001). No entanto, em meio a diversas transformações que vieram junto a esse processo, deve-se deixar claro que carrega consigo grandes contradições, onde

As características e a natureza das transformações indicam que a globalização não é um simples aumento da internacionalização e da uniformização dos fluxos e homogeneização do espaço social mundial, mas um processo contraditório, com

⁵BECKER, B. K. **O Uso Político do Território**: questões a partir de uma visão do terceiro mundo. Rio de Janeiro: UFRJ/IGEO, 1993.

⁶HARVEY, David, *The Limits to Capital*, Oxford, Basil Blackwell, 1982.

resultados geográfica e socialmente diferenciados, tanto na forma quanto no conteúdo [...] Cada região ou localidade possui atributos e herança histórica próprios e inigualáveis, incluído os meios físicos construídos, os quais condicionam a recriação de seu próprio espaço social. Assim, o espaço é, ao mesmo tempo, uma estrutura subordinada e subordinante e, portanto, elemento ativo e agente de sua própria construção histórica. As assimetrias dos atributos de cada país ou região no processo de globalização levam à universalização perversa, desigual e discriminatória (LEFEBVRE⁷, 1991; SANTOS, 1978⁸; CONTI e GIACCARIA⁹, 2000 apud DINIZ, 2001, p.6).

Este é um fenômeno que gera a fragmentação no território, inclui algumas regiões e excluem outras da dinâmica econômica. No entanto, pode ser dito que algumas regiões veem-se fadadas à estagnação, enquanto outras dentro de um mesmo território se sobressaem em crescimento econômico, isto devido à reconfiguração das atividades econômicas adquiridas pelo espaço que o torna cada vez mais dinâmico e competitivo. Esta exclusão se dá tanto no âmbito nacional como no internacional, tornando maior a distância entre países mais desenvolvidos e menos desenvolvidos, sendo esta uma das características da globalização (ALBAGLI, 2004, p. 53).

Com o intuito de esclarecer o que representa o termo território, foram trazidas para essa discussão algumas de suas definições. Para tanto, busca-se deixar claro que neste trabalho o “território” será abordado a partir de seus diferentes usos, ou seja, como foi definido por Santos: “território usado”. Sendo o espaço das ações informadas e normatizadas, um espaço humano, habitado e dinâmico (SOARES; SILVA, 2014; RÜCKERT, 2005; SANTOS; SILVEIRA, 2001).

Para tanto, após esta discussão, busca-se deixar clara a distinção entre território e espaço, visto que, estes não são sinônimos. O território está intimamente ligado à adoção das políticas macroeconômicas intervencionistas ou com caráter desenvolvimentista, as quais ditam as relações econômicas e sociais a cada período vivido. Primeiro, estas são voltadas para o crescimento mais igual das regiões. Para tanto, a presença do Estado se dará através da promoção da infraestrutura, do fornecimento público de serviços e por vezes de bens observando os aspectos naturais e socioeconômicos das regiões, buscando desenvolver as vantagens comparativas contidas em cada uma delas. Este estabelece normas, as quais mostram o papel regulador do Estado, tendo os demais atores que adaptar-se a elas para que possam fazer parte da dinâmica deste território.

⁷LEFEBVRE, H. **The production of space**, Oxford, Basil Blackwell, 1991.

⁸SANTOS, M. *Por uma geografia nova*, São Paulo, Hucitec, 1978.

⁹CONTI, S.; GIACCARIA, P. **Local development and competitiveness**, Netherlands, Kluwer academic publishers, 2000.

Em um segundo momento, este território passa a vestir outra roupagem, mais flexível, decorrente da ideia de Estado mínimo e políticas que se limitam ao papel regulador. O ideal de crescimento conjunto vai cedendo lugar para o crescimento de um território fragmentado, no qual algumas regiões passam a ser amplamente usadas e outras perdem quase por completo seu dinamismo. Com isso, a noção de território ou mesmo a de “território usado” se perde evoluindo para uma noção território simbólico.

Portanto, em tempos atuais evidenciando o processo global, o território passa a assumir um caráter simbólico, aproximando-se cada vez mais da noção de espaço. Com isso, a partir da globalização com a adoção do receituário neoliberal, o território passa a ser um espaço inserido neste contexto maior. Neste sentido, estará constantemente recebendo influências externas, surgindo à necessidade de adaptação as mesmas, para que assim possa fazer parte da dinâmica competitiva global.

No Brasil, isto pode ser observado a partir das privatizações, as quais marcam a falência do aparato estatal, e o esgotamento das forças do Estado na promoção do desenvolvimento. O território passa a moldar-se de acordo com as exigências do mundo globalizado, fragmentando-se o território em espaços competitivos que agora passam a estar sob a regulação o Estado, mas fora de seu total controle.

2.2 As mudanças na configuração das regiões decorrentes de processos tecnológicos

Para a melhor compreensão da forma que toma o território de um país quando recebe as influências socioeconômicas ou políticas, tanto internas como externas, é necessário compreender o que é região. Os geógrafos costumam considerá-la como uma parte entre o continental e o nacional ou de outra maneira entre o nacional e o local. Mas a região de um modo mais tradicional é vista como uma unidade político-administrativa (ALBAGLI, 2004). Para Becker¹⁰ (1993, p. 9 apud ALBAGLI, 2004, p. 83)

A região na escala local parece hoje substituir a região subnacional como escala espacial, ótima tanto para a organização de movimentos reivindicatórios – regionalismos - como para política espacial do Estado, tendendo a criar novos limites territoriais para a arena política, associados a um padrão de descentralização na organização espaço.

¹⁰BECKER, B. K. **O Uso Político do Território**: questões a partir de uma visão do terceiro mundo. Rio de Janeiro: UFRJ/IGEO, 1993.

Para tanto, não necessariamente a região deve ser definida a partir da imposição de suas fronteiras, mas sim pelos elementos que as constituem. De acordo com Souza (2009, p. 21)

A região tem se definido por sua estrutura econômica; ela se caracteriza pelo maior ou menor dinamismo de crescimento. Áreas dinâmicas tendem a atrair fatores de produção e a crescer ainda mais rapidamente, enquanto regiões com problemas estruturais perdem populações e capitais.

Devido ao meio técnico-científico-informacional que marca o processo globalizante, têm-se além dos recortes tradicionais novos recortes regionais “nele se constroem relações de horizontalidades referentes aos domínios de contiguidade territorial. E relações verticalizadas, as redes que unem a pontos distantes pelas formas e processos sociais” (SOARES; SILVA, 2014, p. 83). Cabe salientar que a informação tem um papel fundamental nesse processo, ocorrendo através dela à união dos pontos, tanto dentro de um mesmo território quanto no espaço (SANTOS; SOUZA; SILVEIRA, 2002).

Portanto, as redes são de grande importância neste contexto, a exemplo as redes de empresa possibilitam uma maior interação, articulação, aprendizagem e cooperação. Segundo De Paula (2004, p. 79) “o desenvolvimento do território depende da construção e multiplicação de redes de atores locais, redes de cidadãos, redes de protagonistas das mudanças políticas, econômicas e sociais”. Quanto maior os pontos a que se conectam as redes maior o fluxo de informação e o conhecimento, o que pode resultar em inovações, sendo esta a principal fonte para o aumento da produtividade empresarial (DINIZ; CROCCO, 2006; DE PAULA, 2004).

Em contraponto, alguns autores como Castells (1999) e Massey (1998) mostram que a emergência de uma sociedade em rede trás algumas implicações. Estas são basicamente relacionadas a não uniformidade do espaço, ou seja, o espaço nesta sociedade que emerge não se mostra homogêneo criando uma regionalização diferenciadora, criando uma nova geometria de poder onde as capacitações históricas muitas vezes não são levadas em conta e para regiões menos favorecidas permanecerem neste processo devem submeter-se as regras do jogo (DINIZ, 2001), ocasionando a precarização das condições sociais e econômicas.

No que tange a organização da produção dentro do território esta se dará pela capacidade diferenciada de cada região de oferecer maior competitividade e rentabilidade aos

investimentos. Deste modo, as vantagens comparativas estáticas baseadas somente nos recursos naturais passam a perder seu espaço, emergindo as vantagens criadas e construídas, ou seja, aquelas com capacidade de criar inovação e gerar conhecimento (DINIZ, 2001).

As vantagens pré-estabelecidas são rompidas neste contexto devido à capacidade pela qual o meio informacional apresenta de disseminar com maior velocidade o conhecimento técnico, sendo assim, ocorrerá o aumento da competição entre as empresas, ocasionando um aumento potencial da inovação, ou seja, a busca por vantagens competitivas será sempre realimentada pela criação de novas etapas de capacitação técnica e conhecimento, gerando permanentemente inovações (DINIZ, 2001; MASKEL, 1999). Este processo vai ao encontro da “destruição criadora” formulado por Schumpeter (1961).

Com tudo, o processo de contínua inovação só pode ser realizado quando o meio envolvido, ou seja, empresas ou setores reconhecem que a tecnologia não pode ser vista como uma mercadoria, mas sim que ela exige um contínuo esforço de pesquisa para se realizar. Portanto, ficando claro nas palavras de Diniz (2001, p.10) que “a construção de vantagens comparativas, baseadas em permanente processo de inovação, só alcança sucesso quando os agentes se preparam para se aproveitar das janelas de oportunidade abertas com as mudanças tecnológicas”.

A capacidade de inovar das empresas será um determinante para o aumento da competição produtiva das regiões. Em outras palavras, a vantagem competitiva que um país, região ou localidade obtém frente a outros está fortemente relacionada à capacidade de aprendizado e inovação (PORTER¹¹, 1989 apud DINIZ; CROCCO, 2006)

Uma nova teoria deve partir da premissa de que a competição é dinâmica e evolui [...] Na competição real, o caráter essencial é a inovação e mudança [...]. A vantagem competitiva é criada e mantida através de um processo altamente localizado. Diferenças nas estruturas econômicas, valores, culturas, instituições e histórias nacionais contribuem profundamente para o sucesso competitivo.

Por outro, neste processo global em que as relações produtivas passam a se inserir, poderá ser observado à perda de competitividade das microrregiões ou *clusters*, a qual pode ser atribuída basicamente a quatro fatores, sendo eles segundo Gray e Dunning¹² (2000 apud DINIZ, 2001, p. 11): “(a) surgimento de uma tecnologia revolucionária; (b) incapacidade de

¹¹PORTER, M. E. **A vantagem competitiva das nações**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

¹²GRAY, H. Peter; DUNNING, John H. Towards a theory of regional policy, in J. H. Dunning (Ed.) **Regions, Globalization, and the Knowledge-Based Economy**, Oxford, Oxford U.P. 2000.

se manter benefícios líquidos decorrentes dos bens públicos; (c) criação de um novo *cluster* mais atrativo e; (d) surgimento de autoridades microrregionais mais competitivas”.

Para tanto, abrem-se oportunidades para as “janelas locacionais” (STORPER; WALKER¹³, 1989 apud DINIZ, 2001, p. 11), onde leva em conta às especificidades de cada uma das regiões contidas no território. Relacionando-se estas aos recursos naturais, ao capital humano (caracterizado pela competência, nível técnico, conhecimentos e habilidades dos trabalhadores), à cultura, à base produtiva já existente, à infraestrutura. Bem como a capacidade das organizações e instituições para atrair investimentos, além do fator que se refere à proximidade aos principais mercados consumidores reduzindo custos de transporte, entre outros fatores (DINIZ, 2002; ALBAGLI, 2004; DE PAULA, 2004). Assim, esta será a capacidade de atração de cada região dentro deste contexto.

Desse modo, as regiões que apresentarem tais características, ou parte delas, serão inseridas de um modo mais rápido nesta dinâmica espacial. Nelas observa-se uma maior aglomeração, uma gama maior de serviços complementares à indústria ocasionando em novos encadeamentos intra e inter setoriais. A tecnologia aliada ao processo de inovação provoca um aumento do desemprego, mas esses trabalhadores acabam sendo absorvidos pelo entorno.

Outro ponto a ser destacado é o aumento dos fluxos migratórios, onde trabalhadores saem das regiões estagnadas para as regiões mais desenvolvidas do país, sob este aspecto pode-se dizer que haverá agravamento de problemas sociais e desemprego nos aglomerados produtivos (DINIZ, 2002). Este processo pode também ser visto sob a perspectiva de Souza (2009, p. 151-152), onde

A migração pode acelerar o crescimento da região de destino e reduzir a de origem, aumentando as desigualdades regionais e o nível dos salários [...] Na região de chegada, os emigrantes não qualificados liberam trabalhadores de maior qualificação para funções em que sua produtividade e salários sejam maiores.

Cabe salientar, portanto, os aspectos socioeconômicos que envolvem o processo de globalização, com ênfase nas transformações ocorridas nas relações de trabalho. A flexibilização da legislação trabalhista, que ocorre a partir desse contexto, mostra-se, por um lado, como um fator competitivo para a atração dos fluxos de capitais. Visto que, na ótica dos Investimentos Externos Diretos (IED), o custo mais baixo da mão-de-obra apresenta-se como

¹³STORPER, Michael, WALKER, Richard. **The capitalist imperative: territory, technology and industrial growth**. New York: BasilBlackwell, 1989.

um dos fatores de decisão para o investidor quanto à alocação de seus recursos disponíveis. Mas, por outro lado, é responsável pelo aumento das desigualdades regionais (CARNEIRO, 2002; JATOBÁ; ANDRADE, 1993).

De acordo com Neulders e Wilkin¹⁴ (1987, p. 15 apud ANDRADE; JATOBÁ, 1993, p. 65) ocorrem diferentes tipos de flexibilização de trabalho, sendo elas: “a flexibilidade salarial, a do emprego, a técnica organizacional, e a do tempo ou jornada de trabalho”. Alguns autores irão defender a ideia de que a flexibilização do trabalho se faz necessária, visto que, respostas mais rápidas serão dadas ao mercado (JATOBÁ; ANDRADE, 1993).

Outros, de forma crítica, irão defender a posição de que a desregulamentação é responsável pela desigualdade vista no mercado de trabalho no que tange a questão salarial, a segurança no ambiente de trabalho, bem como a deterioração dos direitos sociais. Estes, somados a tantos outros fatores negativos, levam a precarização das relações de trabalho (JATOBÁ; ANDRADE, 1993; CHESNAIS, 1996).

Quanto ao modelo produtivo, adotado por este sistema, cabe destacar as palavras de Chesnais (1996, p. 300) nas quais afirma que “o modo de produção dominante mostra a luz do dia, de forma cotidiana, sua incapacidade de gerir a existência do trabalho assalariado como forma predominante de inserção social e de acesso a renda”.

Para tanto, essas mudanças nas relações de trabalho são derivativas da estrutura produtiva de cada região, que trazem como resultado especializações distintas de trabalho (KON, 2002). Os determinantes da divisão espacial do trabalho estão relacionados aos planos estruturais da sociedade, sendo eles o plano cultural, o político, o de participação e o econômico (KON, 2002).

De acordo com Kon (2002, p. 248-249) o plano cultural é visto como “um sistema de crenças [...] este sistema está presente na estruturação das ocupações de uma realidade social, desde a escolha das técnicas produtivas [...] a distribuição de tarefas dentro do processo produtivo, até a preparação do executor para exercê-las”. Portanto a escolha da base tecnológica, a capacidade da mão-de-obra para a adaptação com maior ou menor velocidade a essa tecnologia derivam da cultura de cada sociedade, sendo esta uma porção de um macrossistema social (KON, 2002).

¹⁴NEULDERS, D. ; WILKIN, L. . La flexibilidad de los mercados de trabajo: prolegómenos a análisis de un campo. Trabajo y Sociedad, v. 12, n. 1, p. 11-26, Ene. 1987.

Já o plano de participação “constitui a criação e alocação de atores, papéis e *status* na sociedade mais ampla [...] define em cada ambiente quem são os membros que irão assumir determinadas ocupações” (KON, 2002, p.249). No plano político “tanto o plano político global da sociedade quanto à estrutura política interna a cada instituição econômica adquirem relevância como influentes na forma assumida pela estrutura ocupacional da sociedade em questão” (KON, 2002, p. 249).

E o plano de estrutura econômica é aquele da produção e alocação de atividades, fazendo as combinações necessárias de recursos naturais e de capital, estando estes disponíveis em cada sociedade em particular (KON, 2002, p. 250). Assim a divisão regional do trabalho, como observado, se dará de formas diferentes para cada sociedade, levando em conta o plano estrutural de cada uma em questão, ocasionando em especializações distintas de trabalho (KON, 2002, p. 250).

Esses aspectos configuram-se em condicionantes fundamentais para a elaboração de políticas regionais, as quais deveriam incluir as especificidades locais tanto relacionadas aos recursos naturais, quanto a mão-de-obra, a cultura, entre outras. Assim aumentando a competitividade que passa a ser uma característica, entre várias outras, do processo global. Portanto, estas políticas elaboradas de acordo com os aspectos particulares de cada sociedade, ocasionarão na redução das desigualdades entre as regiões envolvidas neste processo que emerge e ao mesmo tempo fragmenta o território.

2.3 Políticas e o desenvolvimento regional

O cenário político tem extrema relevância para a construção e configuração do território. Na visão política inicial, após 1930, tinha-se o Estado como maior propulsor do desenvolvimento, como fora dito por Rückert “a relação clássica entre Estado e território aponta para a implantação das formas estruturantes deste último pelo papel dirigente do poder unidimensional do Estado” (2005, p.80). Os instrumentos políticos de cunho keynesiano passam a ser mundialmente utilizados com o intuito de buscar soluções para o período pós-crise. O keynesianismo segundo Diniz e Crocco (2006, p.10),

Coloca em questionamento a hipótese de existência de mecanismos automáticos de correção dos mercados e, portanto, defendendo a necessidade de uma intervenção externa na economia. Entre os mercados que não se ajustam automaticamente estaria o do trabalho [...] a principal consequência, no tocante às políticas econômicas da abordagem keynesiana, era colocar a obtenção de pleno emprego como objetivo

central da política macroeconômica. Assim sendo, a atuação do Estado na economia seria necessária para a obtenção do pleno emprego.

Portanto, à luz do pensamento keynesiano surgem diversas teorias referentes ao desenvolvimento regional e as políticas necessárias para conter os desequilíbrios. Os teóricos deste período partilhavam da ideia que o desenvolvimento regional não seria obtido através das forças que regulam o mercado, sendo imprescindível a ação estatal para superar os desequilíbrios (DINIZ; CROCCO, 2006). Vários teóricos neste íterim podem ser destacados como Hirschmann (1958), Myrdal (1957), Perroux (1955), North (1955).

Nas décadas de 1950 e 1960, emerge a *primeira geração de políticas regionais*, que se estende até meados da década de 1970, estas são as políticas *Top-Down*. Como característica a ser destacada está: a forte presença do Estado na tentativa de redução das disparidades inter-regionais, tanto no que tange a questões voltadas para o pleno emprego e impulso a demanda agregada como para questões voltadas para o equilíbrio do território (DINIZ; CROCCO, 2006).

A conjuntura mundial, porém passa a apresentar aspectos importantes que eram indicativos de mudanças econômicas como: a crise do petróleo em 1973 e 1979, que foi marcada pela grande elevação do preço do mesmo em dólares, impactando no crescimento econômico das nações; o aumento das pressões inflacionárias; a falência dos instrumentos de cunho keynesiano, o qual já não possuía mais meios efetivos para intervir na economia; e a ascensão de um novo padrão tecnológico (DINIZ; CROCCO, 2006). Estes fatores acabam por induzir a uma mudança de paradigma tecnológico. Este emerge liderado pela microeletrônica, informática e telecomunicações.

Neste novo contexto, surgem novas teorias que acreditam nos mecanismos de mercado para que se obtenha um crescimento econômico de longo prazo. Para tanto, era necessário que o Estado se retirasse da economia, passando este a ter um papel regulador e democrático e não mais o de principal ator responsável pelo crescimento e desenvolvimento da nação (DINIZ; CROCCO, 2006, RÜCKERT, 2005).

Passa-se da unidimensionalidade do poder para a multidimensionalidade do poder, assumindo uma forma mais ampla e flexível onde agora vários atores passam a compor e configurar o território (RÜCKERT, 2005). A multidimensionalidade do poder assume um

importante papel para reestruturação do território, onde nas palavras de Becker¹⁵ (1983, p. 7-8 apud RÜCKERT, 2005, p. 83):

Face à multidimensionalidade do poder, o espaço reassume sua força e recupera-se a noção de território. Trata-se, pois, agora de uma geopolítica de relações multidimensionais de poder em diferentes níveis espaciais. (...) o território passa a ser importante não mais apenas como espaço próprio do Estado-Nação, mas sim dos diferentes atores sociais, manifestação do poder de cada um sobre uma área precisa. O território é um produto “produzido” pela prática social, e também um produto “consumido”, vivido e utilizado como meio, sustentando, portanto a prática social.

No campo político, influenciado pelas teorias neoliberais vigentes, entram em cena as chamadas políticas *Supply-Side*, onde nestas o crescimento econômico se daria através do estímulo à melhoria das condições da oferta (DINIZ; CROCCO, 2006). A partir da década de 1980 observa-se a liberalização dos mercados, que resulta em mudanças nas relações socioeconômicas das regiões.

Com isso existe a necessidade de se refletir melhor sobre o processo de construção das políticas regionais. Ocasionalmente na *segunda geração de políticas regionais*, a estas se incorporam “os aspectos institucionais (formais e informais, tais como conhecimento, rotinas, capital social e cultura, entre outros) no entendimento da dinâmica regional e a valorização da capacitação local para o combate às desigualdades regionais” (DINIZ; CROCCO, 2006, p. 14). A inovação caracterizará o aumento da competitividade, e como decorrência desta última estará à inserção em maior ou menor grau das regiões no contexto global.

Abre-se espaço, para as teorias do crescimento endógeno, onde para estas a cooperação das instituições locais irá contribuir “com a formação do capital ao gerar economias externas e de escala, reduzindo os custos de transação e criando condições para a atração de empresas de maior porte” (SOUZA, 2009, p. 77).

Desse modo, as políticas regionais passam a ser feitas de baixo para cima, ou seja, praticam-se as políticas *botton-up* na busca de maior inserção de diversas localidades. Com isso pretende-se reduzir as desigualdades, visto que, os atores locais identificam com maior facilidade seus próprios problemas buscando soluções condizentes. Sendo assim, os locais de

¹⁵BECKER, B. K. O uso político do território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo. In: BECKER, B. K.; COSTA, R. H. da; SILVEIRA, C. B. (Orgs). **Abordagens políticas da espacialidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983. p. 1-8.

acordo com Barquero¹⁶ (2002, p. 29 apud SOUZA, 2009, p. 78) “se organizam formando redes; com o apoio de instituições eficientes, eles se unem para estimular o setor produtivo e adotar políticas públicas coerentes com o desenvolvimento e o bem estar local”.

¹⁶BARQUERO, A. V. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

3. A IMPORTÂNCIA DA INDÚSTRIA SIDERURGICA NA ECONOMIA NACIONAL

A siderurgia é uma parte da metalurgia, focada na produção de aço e ferro. Esta indústria vincula-se “as técnicas de elaboração dos produtos ferrosos: gusa, aço e ferros fundidos” (ABCM, 2014). Segundo Reis (2010, p. 21) “o aço é uma liga metálica de ferro e carbono que, por sua ductibilidade, é facilmente deformável por forja, laminação e extrusão”. Com isso, o aço pode ser modelado e transformado em vários produtos como: tubos, chapas, parafusos, entre outros.

A indústria siderúrgica é voltada para a fabricação de produtos de aço semi-acabado ou refinado. A siderurgia possui um papel de destaque estratégico para o desenvolvimento do país. Sendo, esta indústria, fornecedora de produtos intermediários aos demais segmentos econômicos, principalmente para a produção de bens de capital e bens duráveis, além de ser indispensável para o setor de construção civil. Devido a essa enorme articulação pode ser considerada o motor das demais indústrias. A demanda pelos produtos deste segmento está diretamente relacionada ao desempenho macroeconômico (REIS, 2010; BARROS, 2011; MILANEZ; PORTO, 2008; FONSECA; CARVALHO; SILVA, 2010).

Após, esta breve introdução, o capítulo será desenvolvido com o intuito de mostrar a importância da siderurgia para a economia brasileira. Sendo assim, será apresentada a importância histórica, bem como a importância atual desta indústria.

3.1 Importância histórica da Siderurgia

A preocupação em desenvolver uma indústria siderúrgica nacional vem de longa data. Mas, é nas primeiras décadas do século XX que esta ganha uma forma mais acabada. Neste período, as importações de ferro e aço tinham um peso relevante sob o balanço de pagamentos, consumindo parte das divisas nacionais. Isto se dá devido ao caráter de bem industrial intermediário dos produtos desta indústria, os quais se faziam indispensáveis para a dinâmica doméstica (BARROS, 2011).

Bem como, havia a preocupação com a soberania nacional, e com isso a necessidade de produzir internamente armamentos bélicos (GOMES, 1983). Sendo assim, este foi o setor industrial que recebeu atenção especial ao mesmo tempo em que eram defendidos os

interesses do setor cafeeiro. No decorrer da primeira metade do século XX importantes empresas siderúrgicas foram constituídas.

Em 1921, em Minas Gerais, foi criada a Companhia Siderúrgica Belgo Mineira, que contava com capitais privados internos e com a participação do consórcio belgo-luxemburguês Arbed. Já em 1939, foi inaugurada a usina de Monlevade, sendo a maior usina integrada a carvão do mundo à sua época, possuía uma grande capacidade produtiva, voltando-se grande parcela desta para a produção de arame farpado e trilhos. Segundo Neves e Camisasca (2013, p. 63)

Entre 1921 a 1939 foram fundadas 25 empresas do ramo siderúrgico. A maior delas era a Belgo-Mineira. Essas organizações empregavam, em 1939, mais de 11 mil pessoas, e produziam mais de 160 mil toneladas de ferro gusa, 114 mil de aço e mais de 100mil toneladas de laminados. O consumo de ferro gusa e de lingotes parecia equilibrado, ou seja, o que era produzido também era consumido no mercado interno. Com os laminados, a questão era diferente, a produção ainda era pequena e não supria a cadeia de consumo e, por isso a importação de laminados chegava a 76%.

Segundo Poso (2007) nos países subdesenvolvidos, aos quais se insere o Brasil, o interesse no setor siderúrgico se dava principalmente com vistas a sustentar o desenvolvimento, assim investimentos estatais se voltavam para a construção de um parque siderúrgico, com ênfase na capacidade produtiva. Para tanto, destacam-se quatro principais motivos para esta estatização: “questões políticas; fragilidade do setor privado; consciência da importância da escala; e a promoção de uma industrialização retardatária” (POSO, 2007, p. 5). Na tabela (1) pode ser observado o período de criação das empresas siderúrgicas estatais no âmbito internacional.

Tabela 1 - Criação das siderurgias Estatais, 1920 a 1980

Décadas	Países
1920-1930	Itália e África do sul
1940-1950	México, Brasil, Argentina, Austrália, Espanha, Egito
1960	Finlândia, Venezuela e Coréia do Sul
1970	Taiwan, Indonésia, Irã e Arábia Saudita
1980	Malásia

Fonte: Poso, 2007

Cabe ressaltar que a Espanha se insere neste período com objetivo de reestruturar o setor, diferentemente dos demais países que buscavam a industrialização. Bem como, deve-se

destacar que em cada uma destas fases em que os diferentes países se inserem são caracterizadas pelo total domínio de capitais nacionais (POSO, 2007).

No Brasil, é no governo de Getúlio Vargas (1930-1945) com fundação da Companhia Siderurgia Nacional (CSN), em 1941, que finalmente esse setor ganha representatividade, onde “sua criação havia sido elaborada pelo governo no intuito de atender às necessidades da economia e da soberania brasileira [...] o desenvolvimento da produção siderúrgica em grande escala era primordial para o processo de industrialização do país” (NEVES; CAMISASCA, 2013, p. 64).

A CSN foi fundamental para a complementação da produção nacional corrente, além de marcar a entrada do Estado neste setor (GOMES, 1983; BARROS, 2011; MILANEZ; PORTO, 2008). Esta foi planejada e pensada no Governo Vargas, mas foi inaugurada em 1946, um ano após o término de seu governo. Segundo Andrade e Cunha (2002),

A entrada em operação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em 1946, em volta Redonda (RJ), deu ao país a maior usina siderúrgica integrada a coque da América Latina. A CSN foi pioneira em produtos planos, a laminados a quente e a frio e em revestidos (como, por exemplo, chapas galvanizadas e folhas-de-flandres).

Posteriormente, em 1942, foi fundada a Companhia Ferro e Aço de Vitória, inicialmente operava com alto forno, depois passou a ser relaminadora. No final dos anos 1950, passou a ser controlada pelo BNDES e contava com uma pequena participação da empresa alemã Ferro Staal (ANDRADE; CUNHA, 2002).

Após, esse período, foram fundadas outras companhias, como: a Aços Especiais Itabira (ACESITA), em 1944, sob o controle do Banco do Brasil, dedicada a produção de aços especiais; a Companhia Siderúrgica Mannesmann, em 1952, de capital estrangeiro, a qual produzia tubos com e sem costura; a Companhia Siderúrgica Paulista (COSIPA), em 1956, tendo a participação acionária do BNDES complementando os recursos investidos pelo Estado de São Paulo; a Usinas Siderúrgicas de Minas (Usiminas), em 1956, no primeiro ano contou com capital privado nacional e posteriormente com a participação de um consórcio de empresas japonesas, o qual representava 40% do capital da mesma (ANDRADE; CUNHA, 2002).

Já, em 1973, a Usina Siderúrgica da Bahia (Usiba) e Aços Finos Piratini foram inauguradas. Deste modo, segundo Andrade e Cunha (2002) “no início da década de 1970, o Brasil era o 17º produtor de aço, com o equivalente a 1% do total produzido no mundo, sendo

as três grandes siderúrgicas estatais (CSN, Usiminas e Cosipa) responsáveis por mais da metade da produção nacional”.

Na tabela 2, pode ser visto o grande crescimento da produção siderúrgica do período que se estende de 1952-1973.

Tabela 2 - Mercado Siderúrgico Brasileiro, 1952 a 1973

(mil t)					
Ano	Produção de Aço	Produção de laminados	Importação	Exportação	Consumo aparente
1952	847	703	388	3	1.088
1953	957	794	212	-	1.007
1954	1.005	834	652	-	1.486
1955	1.123	932	345	12	1.266
1956	1.294	1.074	254	3	1.325
1957	1.362	1.130	304	3	1.521
1958	1.571	1.304	214	-	1.518
1959	1.798	1.492	507	-	1.999
1960	2.063	1.712	345	18	2.128
1961	2.327	1.932	334	8	2.258
1962	2.408	1.999	282	6	2.276
1963	2.579	2.140	381	1	2.614
1964	2.666	2.213	218	42	2.473
1965	2.608	2.164	191	166	2.252
1966	3.367	2.795	255	109	3.004
1967	3.311	2.748	262	286	2.802
1968	4.095	3.399	389	190	3.556
1969	4.555	3.781	328	218	3.954
1970	4.928	4.091	496	404	4.229
1971	5.616	4.661	789	171	5.339
1972	6.357	5.276	713	365	5.610
1973	7.072	5.870	1.424	227	7.066

Fonte: ANDRADE; CUNHA, 2002.

Portanto, a tabela 1 mostra a evolução da produção siderúrgica nacional, medidas em toneladas/ano. As importações sofrem flutuações neste período e quando analisadas frente à produção nacional denotam dependência com o setor externo. Já, a partir de 1964, as exportações começam, timidamente, a crescer. O consumo interno aumenta isso se dá em grande parte pelas políticas econômicas, adotadas no período em questão, de substituição de importação, com o intuito de desenvolver o mercado interno.

A partir da análise destes dados pode ser observado o importante papel econômico do setor siderúrgico, este evolui ao longo do tempo e passa a mostrar-se forte e capaz de trazer dinâmica para a econômica nacional, ao passo que já é capaz de abastecer os demais setores

que dele dependem, atendendo a crescente demanda interna, a qual era uma constante preocupação dos governos à época.

Na década de 1980, segundo Andrade e Cunha (2002):

Registra-se o início de operação das usinas integradas a coque [...] voltadas para a produção de semi-acabados para venda, como a Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST), em Vitória (ES), em 1983, com capacidade de 3 milhões de toneladas/ano; e a Aço Minas, em Ouro Branco (MG), em 1986, com capacidade de 2 milhões de toneladas/ano.

Devido à conjuntura mundial dos anos 1980, o país passa de importador para exportador de produtos siderúrgicos. Isso se dá pela queda da demanda do mercado interno que está em crise, assim esse setor acaba direcionando quase que o total de sua produção para o mercado externo, apesar deste também estar retraído (MAIA; VIEIRA, 2014).

Segundo Baptista e Saraiva (2004, p. 6) “a siderurgia nacional desenvolveu-se, portanto, dentro de um padrão estatal de fragmentação espacial da produção com apelos desenvolvimentistas”. Na década de 1990, mesmo com um constante aumento na produção as indústrias brasileiras não estavam posicionadas entre o seleto grupo das vinte maiores produtoras mundiais de aço, devendo-se isto ao modelo adotado pelo Estado que trazia como lógica o desenvolvimento regional e a distribuição industrial, não colocando em primeiro plano questões como custos e transportes, mas sim a “conveniência das empresas consumidoras do aço, de acordo com a política de subsídio ao setor privado de bens duráveis” (CORRÊA¹⁷, 1990 ; apud BAPTISTA; SARAIVA,2004).

Constata-se, portanto, após este breve relato histórico, que o esforço de introduzir a indústria siderúrgica no país, mostrou-se robusto e comprovou que este setor era indispensável no que tange ao aumento da dinâmica econômica brasileira.

3.2 A indústria siderúrgica atualmente

Nas sociedades modernas observa-se a crescente utilização do aço, este material passa a fazer parte do cotidiano dos indivíduos, que muitas vezes não percebem sua enorme importância. O aço está presente na grande maioria dos produtos, visto que, ou estes possuem

¹⁷CORRÊA, M. L. Organização Técnica e Disciplina: A Contestação da Ordem na Experiência do Trabalhador na Companhia Siderúrgica Nacional. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG, 1990.

“componentes feitos em aço ou são produzidos por máquinas e equipamentos intensivos em aço” (IABR, 2007, p. 31).

Com o intuito de comprovar a real importância deste setor pra a economia brasileira, foram trazidos dados estatísticos mais recentes, os quais serão observados e analisados nas subseções a seguir.

3.2.1. Setor Siderúrgico e a dinâmica internacional

O setor siderúrgico apresenta uma importante expressão econômica para o país. Atualmente, o Brasil é o nono produtor mundial de aço, participando com 34,5 milhões de toneladas na oferta mundial, sendo que os produtos siderúrgicos somam 33,2 milhões de toneladas. Representando 2% do total de aço produzido mundialmente e 52,5% do total latino americano (NEVES; CAMISASCA, 2013; JESUS, 2013).

A indústria siderúrgica brasileira está entre as mais competitivas do mundo, possuindo tanto vantagens comparativas referente à abundância e qualidade do minério de ferro, insumo indispensável para a produção, como vantagens competitivas referentes à modernidade do setor, que obteve este impulso, a partir das privatizações (NEVES; CAMISASCA, 2013).

Portanto, em 2012, as exportações diretas somaram 9.722,2 mt totalizando US\$ FOB 7 milhões de dólares, ocupando a décima terceira posição como exportador de aço e sétima posição como exportador líquido de aço (exportações – importações) com 6 milhões de toneladas/ano. As exportações indiretas, que se referem à quantidade de aço contida nos bens, totalizam 2,8 milhões de toneladas (IABR, 2013; JESUS, 2013)

O Brasil exporta produtos siderúrgicos para mais de cem países, entre eles destacam-se: Estados Unidos, Argentina, Coréia do Sul, Colômbia, Chile, Taiwan, Índia e Alemanha (IABR, 2012; NEVES; CAMISASCA, 2013).

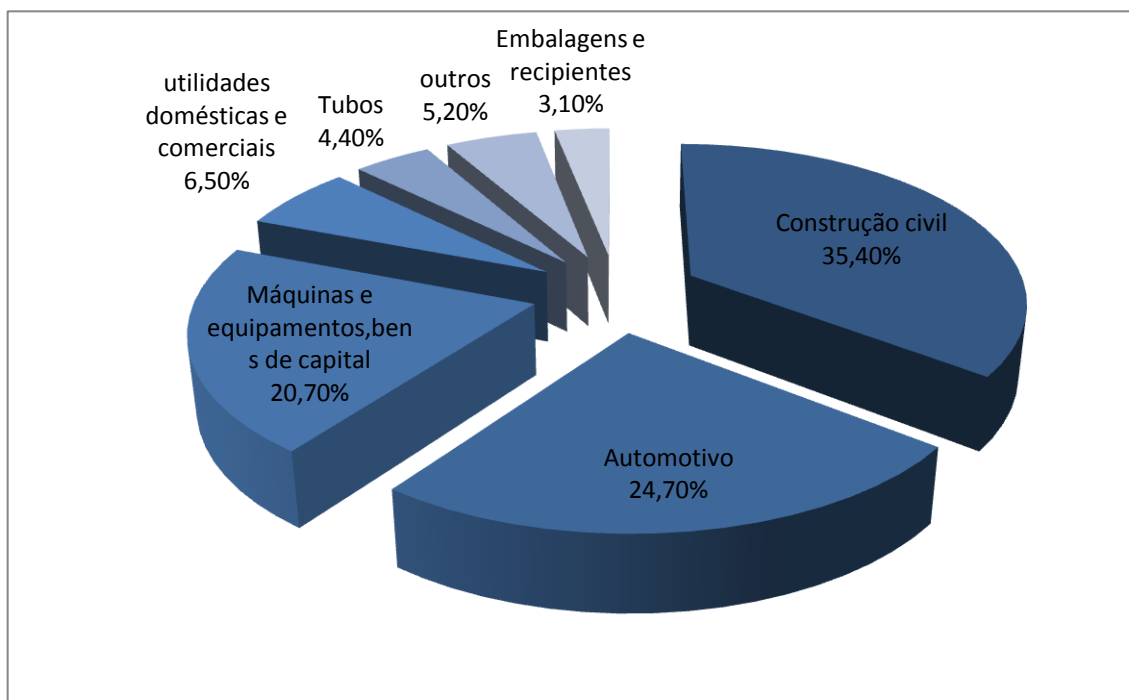
No que tange as importações, o país importou 3.782,7 mt somando um valor de US\$ FOB 4,5 milhões de dólares, obtendo um saldo comercial de US\$ 2,5 milhões de dólares, representando 12,8% do saldo comercial brasileiro. Deste modo, pode-se afirmar sobre bases concretas que o setor siderúrgico está posicionado entre os maiores geradores de saldos comerciais no país (IABR, 2007, NEVES; CAMISASCA, 2013; JESUS, 2013).

3.2.2. Setor siderúrgico e a dinâmica interna

O parque produtivo é composto por 29 usinas, administradas por 11 grupos empresariais, distribuídas por dez estados da Federação. No que se refere ao Produto Interno Bruto (PIB) o setor produtor de aço representa 4% de seu total, o que equivale a R\$ 146,8 bilhões. Em 2012, o faturamento obtido foi de R\$ 66,1 bilhões e foram recolhidos cerca de R\$ 14 bilhões de impostos. Possui capacidade instalada de 48,4 milhões de toneladas/ano de aço bruto. Para cada trabalhador empregado no setor, são gerados 23 empregos na cadeia de fornecedores, o que comprova sua grande dinâmica (IABR, 2013; NEVES; CAMISASCA, 2013, JESUS, 2013).

As vendas internas somam 21,6 bilhões de toneladas. O consumo aparente de aço é de 25,1 milhões de toneladas (IABR, 2013). Internamente cinco grandes indústrias integram-se a cadeia do aço como principais parceiros comerciais, sendo elas: o da construção civil, o automotivo e de bens de capital, que somados representam mais de 80% do consumo de aço no país, além dos setores de utilidades domésticas e comerciais e o setor embalagens e recipientes que juntos representam mais de 10% do consumo. Neste ponto pode ser observada a conexão produtiva deste setor. No gráfico (1), pode ser observada a distribuição setorial do consumo aparente.

Gráfico 1 - Distribuição setorial do consumo aparente



Fonte: IABR, 2012.

No que se referem aos produtos siderúrgicos, estes podem ser divididos em dois grupos maiores, ou seja, os produtos semi-acabados e os produtos acabados (laminados). Os primeiros não chegam ao consumidor final, mas são direcionados a outras siderurgias para que recebam o tratamento adequado e transformem-se em insumos para os demais setores industriais. Já os produtos acabados possuem outro destino, sendo vendidos diretamente ao consumidor final (OLIVEIRA, 2001).

Os produtos laminados dividem-se em três grupos maiores, sendo eles: laminados longos, planos e especiais. Entre os produtos longos estão: trilhos e acessórios, vergalhões, trefilados, perfis e barras. Já os produtos planos estão divididos em: não-revestidos, sendo eles chapas grossas, bobinas e chapas finas a frio, bobinas e chapas finas a quente; e produtos revestidos, sendo chapas estanhadas ou folhas-de-flandres, folhas cromadas e chapas galvanizadas. E entre os produtos especiais encontram-se as chapas inoxidáveis, chapas siliciosas (magnéticas), chapas alto carbono e ligas, barras e ligas sem costura (OLIVEIRA, 2001).

Os produtos especiais possuem um alto valor agregado, em quanto os produtos semi-acabados apresentam o menor valor da indústria e, assim ocorre com os produtos planos os quais apresentam um maior valor agregado que os produtos longos. A demanda por produtos siderúrgicos possui uma alta correlação com o grau de desenvolvimento de um país, o que pode ser constatado através das palavras de Oliveira (2001, p.3);

Quanto maior o grau de desenvolvimento de um país, maior a participação dos laminados planos na sua produção total. Isso se explica porque os produtos planos são direcionados a indústrias mais sofisticadas, como a automobilística. Essas indústrias estão localizadas nos países com maior grau de desenvolvimento econômico. Os laminados longos, por sua vez, são usados mais intensivamente na construção civil, um setor importante nos países em desenvolvimento.

Portanto, a partir da análise dos dados e informações, percebe-se a dimensão tanto interna como externa deste setor. Este foi desenvolvido primeiramente para abastecer o mercado interno e tornar a economia menos dependente do mercado internacional. Obteve grande sucesso em sua trajetória devido, principalmente, a vantagem comparativa possuída; mas posteriormente quando esta não mais se mostrava suficiente os incrementos de competitividade se fizeram essenciais. Tais incrementos passam a ser observados a partir das privatizações do setor (1988-1993), estes trouxeram melhoramentos na gestão empresarial aliado aos processos de difusão do conhecimento e inovações. Mostra-se relevante quanto a

sua participação no PIB e na balança comercial do país, além ser o motor dos demais setores econômicos.

3.3. A indústria siderúrgica e as políticas de desenvolvimento regional

A partir da década de 1940, observa-se a presença do Estado no setor siderúrgico, tendo como marco a criação da Companhia Siderúrgica Nacional inaugurada em 1946. Mas, é a partir da década de 1950 que a produção siderúrgica se aprofunda e ganha fôlego, isto se dá devido ao modelo desenvolvimentista adotado pelo país, o qual pode ser explicado através das palavras de Milanez e Porto (2008),

No Brasil, esse modelo se traduziu em três estratégias principais, substituição de importação de produtos produzidos por indústrias de base, rápida acumulação de capital baseada no endividamento internacional e investimento direto internacional. A participação do governo se dava principalmente através de financiamento, subsídios e criação de barreiras a importação.

A formulação das políticas regionais, no período que abrange as décadas de 1950 e 1960, foi fortemente influenciada pelo paradigma macroeconômico vigente, o qual previa a intervenção do Estado na economia com o intuito de reduzir os desequilíbrios regionais, já previstos, causados pelo sistema capitalista. A intervenção estatal se daria através de um planejamento de distribuição de recursos com vistas a sanar as disparidades regionais (DINIZ; CROCCO, 2006; MILANEZ; PORTO, 2008).

Segundo Diniz e Crocco (2006, p. 10-11) “notam-se políticas Top-Down com ênfase na demanda e na correção das disparidades inter-regionais, caracterizadas como política keynesianas”. Estas ficaram conhecidas como *primeira geração de políticas regionais*. Neste cenário, as políticas regionais interagiam com um ambiente teórico, onde borbulhavam as concepções de que as forças de mercado não seriam capazes de garantir, por si só, o desenvolvimento regional.

Deste modo, o Estado se valia de várias medidas para que o desequilíbrio entre as regiões fosse amenizado. Dentre elas estavam os mecanismos de compensação para regiões atrasadas, onde prevaleciam os incentivos fiscais para a atração de investimentos, sendo que este mecanismo proporcionou a atração de investimentos externos; os investimentos estratégicos do setor público, que consistiam em investimentos em infraestrutura ou na implantação de empresas estatais; restrições à localização de certas atividades em

determinado local, para que fossem evitadas concentrações; prioridades para o setor industrial, deixando claro que para eliminar os desequilíbrios era necessário eliminar ou amenizar as diferenças nas estruturas produtivas existentes nas diferentes regiões (DINIZ; CROCCO, 2006)

Segundo Andrade e Cunha (2002, p. 3) “A política de industrialização do governo encorajava a substituição de importação de indústrias básicas constatando-se desse modo um forte direcionamento para o setor siderúrgico”. A partir destas concepções, nota-se claramente que a criação e fomento à indústria siderúrgica, além de ser pensada como estratégia para o âmbito nacional, foi também uma concepção de política regional. Esta teve o Estado como seu maior investidor, concretizando-se na inauguração de indústrias siderúrgicas estatais, o que pode ser observado a partir da criação da CSN (1941) estendendo-se os investimentos no setor por mais três décadas. O Estado apresenta-se como incentivador dos investimentos, através dos subsídios, os quais provocaram a atração de capitais externos a serem investidos, como exemplo tem-se na constituição da Companhia Siderúrgica Mannesmann, em 1952, de capital estrangeiro.

Estas empresas localizaram-se em pontos estratégicos, do território nacional, ou seja, principalmente em locais com incidência de minério de ferro ou que apresentavam certa industrialização. A instalação destas empresas trouxe dinâmica para as regiões, visto que, foi necessário a criação e aumento da infraestrutura promovida pelo Estado, ou seja, o gasto público como incentivador do gasto privado. Assim, aumentando o nível de empregabilidade e urbanização destas regiões, entre outros fatores (NEVES; CAMISASCA, 2013).

Em alguns locais onde as empresas foram instaladas a infraestrutura era inexistente, sendo assim estas eram os principais atores, responsáveis pelo desenvolvimento da região. Neste sentido, a instalação da Acesita na cidade de Timóteo, no Vale do Rio Doce, configura-se em um bom exemplo, onde nas palavras de Maia e Vieira (2014, p.10) “o custo de instalar a empresa na região foi grande, pois demandou a construção de uma grande infraestrutura inexistente no local”. Implicitamente, neste processo de construção observa-se a migração de mão-de-obra, e o início da dinâmica de desenvolvimento regional puxado pelo ator local.

No decorrer dos anos 1970, segundo Andrade e Cunha (2002, p.19),

O Governo Federal considerava extremamente prioritário o crescimento do setor siderúrgico, conforme se pode depreender dos dois Planos Nacionais de Desenvolvimento. O I PND (1972-74), e o II PND (1975-9) direcionavam às

siderúrgicas e metalúrgicas 35% dos investimentos programados para o setor industrial.

A teoria trazida por Perroux, dos Pólos de Crescimento, que também influenciou fortemente as medidas de políticas regionais, mostra o papel da instalação de uma indústria motriz em uma região atrasada, esta seria um pólo de crescimento e assim estimularia o desenvolvimento daquela região, visto que, a aglomeração industrial-urbana que é criada a partir destes polos propicia o crescimento gradual da diversificação e do consumo, criando-se um ambiente de progresso (DINIZ; CROCCO, 2006, WILTGEN, 1991). Isto quando aplicado á indústria siderúrgica, mostra-se plausível, pois esta foi capaz nas regiões onde se instalou de promover a expansão necessária para o crescimento.

Após alguns eventos ocorridos como o primeiro e o segundo choques do petróleo, respectivamente em 1973 e 1979, a emergência de um novo padrão tecnológico e a crise urbana faz com que o Estado perca gradualmente suas forças como o promotor do desenvolvimento econômico. No Brasil este modelo se esgota ao longo da década de 1980, devido à ruptura do financiamento externo e a conjuntura de crise internacional, na qual os países mostram-se protecionistas dificultando por esse lado as exportações brasileiras. Esses fatores somados a uma inflação descontrolada e uma taxa de câmbio desvalorizada, entre outros aspectos marcantes desta década, trazem a falência do modelo que até então era seguido (CARNEIRO, 2012, DINIZ; CROCCO, 2006).

Nesta década, o país apresentava um alto grau de endividamento externo, com isso, não mais era possível garantir a capacidade de investimento do setor siderúrgico, mesmo assim as companhias continuaram a operar, mas obtiveram um crescimento produtivo bastante limitado. Esse crescimento limitado deveu-se também a redução da demanda interna por aço, sendo assim o excedente da produção volta-se para o mercado externo, porém devido ao aumento da oferta internacional, os possíveis mercados consumidores do aço brasileiro adotaram medidas como restrições as importações, sobretaxas e salvaguardas (MILANEZ; PORTO, 2008).

Os planos para que a capacidade instalada fosse ampliada e para a instalação de novas usinas produtoras de aço foram quase que totalmente abandonados durante esta década, como exceção pode ser mencionada a Usina Ouro Branco inaugurada em 1986, na época conhecida como usina Presidente Bernardes, onde segundo Neves e Camisasca (2013, p. 129)

A produção de aço tinha como meta levar progresso à região, que era uma das menos desenvolvidas em um raio de 100 quilômetros de Belo Horizonte. A aquisição representou economia, uma vez que nas capitais ou nas proximidades dos grandes centros urbanos os custos dos terrenos eram mais elevados. Além das facilidades para o transporte, que compreendia grande parte dos custos finais da produção, a região ainda dispunha de matérias-primas como minério de ferro, calcário e dolomita.

Portanto, neste cenário, passam a ser questionadas as políticas de cunho keynesiano, dando espaço ao paradigma macroeconômico neoliberal que prevê um Estado mínimo. Com isso emergem as políticas *Supply-Side*, o estímulo do crescimento não se daria mais pela via de estímulo a demanda, mas sim da oferta. Para tanto, o melhoramento das condições de oferta seriam lastreadas pelas condições de competitividade, as quais podem ser materializadas pela flexibilização da legislação trabalhista, desoneração de tributos e encargos sociais. Esta se caracteriza como a *segunda geração de políticas regionais*, as quais dão ênfase à competitividade (DINIZ; CROCCO, 2006).

No Brasil as políticas de cunho neoliberal emergem com as privatizações ocorridas principalmente no início da década de 1990. Estas privatizações vieram como um meio de reforma do Estado marcando sua menor intervenção na economia, modificando o sistema de produção, que se baseava até então no modelo fordista de produção, trouxe inovação e avanços tecnológicos. Iniciava-se um processo de globalização, de intensificação da internacionalização de capitais tornando o mundo econômico mais competitivo. A siderurgia brasileira até então estagnada, após as privatizações passa a fazer parte deste mundo globalizado, conseguindo dar respostas rápidas e eficientes ao mercado, ficando o país em uma posição de destaque neste setor no cenário mundial (GIAMBIAGI et al. 2011; NEVES; CAMISASCA, 2013).

As indústrias siderúrgicas passam das mãos do Estado para o setor privado. Isso proporcionou mudanças em relação à gestão da indústria, ao aumento da produtividade, a redução de custos, a implantação de novas tecnologias, ao fortalecimento das empresas, bem como o acesso ao mercado de capitais. Também pode ser destacado o investimento em P&D e inovações, além de investimentos de infraestrutura e logística (NEVES; CAMISASCA, 2013).

Para que o aumento da competitividade se configurasse no setor siderúrgico, foram necessárias que não só mudanças ocorressem no interior das empresas, mas sim que ocorressem mudanças advindas do Estado. Entre elas estão: a redução do controle de preços

do setor siderúrgico e a abertura da economia, onde dentro dessa pode ser citada a redução das alíquotas de importação de produtos siderúrgicos e de tecnologia, bem como as barreiras não tarifárias trouxeram uma nova perspectiva ao setor e com isso uma nova modelagem regional, uma (re) organização do território. O Estado passa a ter o papel de regulador e mantenedor das condições de mercado, e os demais atores passam a compor o crescimento e desenvolvimento econômico (ANDRADE et al, 2001).

Todos os avanços consolidados no setor acabam por trazer impactos positivos à região de abrangência das siderúrgicas. Com a modernização do setor, são reduzidos os postos de emprego, mas os trabalhadores passam a ser absorvidos pelo entorno que se desenvolve. Neste passaram a serem encontrados novos componentes da cadeia produtiva, elevando os postos de emprego e a renda, houve também uma maior arrecadação tributária e como resultado de parcerias entre empresas siderúrgicas e as prefeituras municipais obtiveram-se maiores incrementos nas atividades de cunho social (NEVES; CAMISASCA, 2013; ANDRADE; CUNHA, 2001).

Neste modelo endógeno passam a ser adotadas novas interpretações as “quais trazem para o centro da análise o processo de inovação ou mudanças técnicas como gerador de externalidades, potencializando o aumento da produtividade e compensado a tendência de retornos decrescentes do capital” (SEPLAN, s/d, p. 7). Estas políticas regionais possuem um caráter reestruturante impulsionando endogenamente o desenvolvimento, aumentam a competitividade entre firmas trazendo uma nova configuração nas localidades dando um novo uso ao território.

4. A CONJUNTURA POLITICA E ECONÔMICA QUE INDUZIU AO PROCESSO DE PRIVATIZAÇÕES NA SIDERURGIA NACIONAL

O presente capítulo busca elucidar os principais aspectos políticos e econômicos que induziram ao processo de privatizações. Para melhor compreensão o capítulo será dividido em duas subseções abrangendo respectivamente as décadas de 1980 e 1990.

4.1 A conjuntura econômica da década de 1980 e a situação do setor siderúrgico

Nos primeiros anos da década de 1980 o país estava sob a liderança do então presidente General João Batista Figueiredo (1979–1984), escolhido para o cargo através de eleições indiretas. Iniciava-se, portanto, uma década de grandes dificuldades econômicas para o país, ficando conhecida posteriormente como a “década perdida”.

Em 1981, o país adota uma política de moldes recessivos, com o intuito de reduzir o consumo interno buscando com isso adquirir excedentes para a exportação, neste íterim à política monetária ganhava a cena atuando através dos juros reais elevados (GIAMBIAGI et al., 2011). Desta forma:

Os juros altos atuavam duplamente sobre o BP: reduzindo o déficit em conta corrente, através da redução da absorção interna, e, ao ‘empurrarem’ as empresas (inclusive as estatais) para o mercado internacional, em busca de juros menores, atrairiam capital estrangeiro para financiar aquele déficit, que, reconhecidamente, não seria eliminado a curto prazo (GIAMBIAGI et al., 2011, p. 90).

Neste mesmo ano, obteve-se um PIB negativo que continuou a decrescer até 1983, atingindo importantes setores da indústria nacional entre eles: bens de consumo durável e bens de capital. Estes localizados na área mais dinâmica, portanto a mais urbanizada do país, causando um grande desemprego e conseqüentemente uma grande queda na renda. Passa-se a conviver com a inflação crescente. O crescimento no setor siderúrgico girava em torno de 4 a 7%, puxado pelas atividades no Estado de Minas Gerais e depois São Paulo (NEVES; CAMISASCA, 2013).

Com a difícil situação do mercado interno, devido às medidas governamentais, no ano de 1981 é firmado um acordo entre o governo e as empresas siderúrgicas, que estabelecia uma cota a ser exportada de aços especiais, com isso foi possível captar 306 milhões de dólares em divisas para o país (NEVES; CAMISASCA, 2013).

Esta situação pode ser considerada uma grande conquista, pois em nível internacional estava sendo praticado o protecionismo e a retenção dos excedentes produzidos. As políticas recessivas adotadas pelo governo que tinham por objetivo reduzir a absorção interna e elevar os excedentes exportáveis resultam em um fracasso, devendo-se isso a ocorrência paralela no cenário internacional de desaceleração econômica dos países industrializados e “a partir de 1982, a crise da dívida latino-americana” (GIAMBIAGI et al., 2011, p. 90).

Em 1982, como referido por Neves e Camisasca (2013), o governo anuncia que não poderia contribuir para o estímulo ao desenvolvimento da siderurgia, mas mesmo assim daria apoio às empresas. Com a inexistência de recursos, que seriam passados pelo governo à siderurgia, há um atraso no setor referente a não concretização de projetos de expansão e implantação de novas usinas.

Os juros altos do mercado interno não se mostraram capazes, por si só, de atrair capital externo, isto, junto à dívida externa que tornava mais precária a situação, principalmente após o México decretar moratória e fez com que eclodisse na baixa das reservas internacionais do país. Com essa situação posta, o País recorre, em 1982, ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Os acordos previam cortes nas despesas e menores salários, o que posteriormente resultou em aumento das exportações, destacando-se os produtos industrializados (GIAMBIAGI et al., 2011). Este foi o primeiro dos acordos brasileiros, visto que, estes acabaram por se estender ao longo da década de 1980.

Devido a uma conjunção de fatores essa década acabou intitulada “década perdida”. Mesmo com essas medidas não foi possível estabilizar a inflação no mercado interno. No âmbito internacional os Estados Unidos nestes primeiros anos da década, apresentou patamares de inflação nunca vistos, até então atingindo a casa de 12%, as demais economias desenvolvidas passaram por um período de desaceleração do crescimento. Neste período, além do preço do aço estar em queda, este também sofre com a concorrência de materiais substitutos como o alumínio, a cerâmica e o plástico. Para tanto, esta crise atinge a siderurgia em nível mundial. Segundo Neves e Camisasca (2013, p. 128),

A produção mundial de aço bruto caiu de 716 milhões de toneladas em 1980 para 625 milhões de toneladas [em 1982]. No Brasil, os lucros e investimentos sofreram queda significativa devido à menor disponibilidade de crédito e aos baixos preços, fruto da política governamental de combate à inflação. Os investimentos na siderurgia brasileira, que eram de 2,3 bilhões anuais entre 1980 e 1983, caíram para apenas 500 milhões anuais entre 1984 e 1989. Frente ao excesso de produção e a necessidade de dar continuidade às operações nas usinas, as siderurgias brasileiras passaram a exportar com lucros menores, de forma a garantir o mercado internacional.

Com muito esforço os países líderes na produção de aço buscam adaptar-se ao contexto mundial, mas no Brasil não era a realidade. O país encontra-se com a crise em um momento difícil, em um momento de redemocratização, estando o papel do Estado em decadência não possuindo mais forças para alavancar a economia. Mesmo assim, neste contexto é inaugurada, em 1983, a Companhia Siderúrgica de Tubarão no estado do Espírito Santo, e posteriormente Aço Minas em 1986, ambas estatais e cujas expansões já haviam sido iniciadas antes da crise (NEVES; CAMISASCA, 2013; GIAMBIAGI, 2011).

De 1985 a 1989, o país passa a ser governado por José Sarney, neste período assiste-se a três planos com vistas a estabilizar a crescente inflação, sendo estes: o Plano Cruzado (1986), Plano Bresser (1987), Plano Verão (1989). No Plano Cruzado existiram quatro significativos grupos de medidas, entre elas: reforma monetária e congelamento de preços, desindexação da economia, índices de preços e cadernetas de poupança, política salarial. Este plano, primeiro trouxe uma nova dinâmica, visto que, o câmbio, os preços e os salários foram congelados. Com isso obteve-se um aumento do consumo interno, colaborando para o crescimento do PIB neste ano, a inflação foi controlada até outubro (CARNEIRO, 2002; GIAMBIAGI et al., 2011).

O aumento da demanda interna ocasionou escassez de produtos de primeira necessidade, desse modo o governo viu como saída às importações. Estas, por sua vez, foram frustrantes devido às condições precárias que os produtos chegavam ao país. Dessa forma toma-se como medida o fim do congelamento dos preços e o aumento das tarifas dos serviços públicos (NEVES; CAMISASCA, 2013, CARNEIRO, 2002; GIAMBIAGI et al., 2011).

Em dezembro deste mesmo ano, o Plano Cruzado chega ao seu fim, junto ao aumento da inflação e da dívida externa, este cenário de acordo com os autores afeta o mercado interno do aço. Segundo Neves e Camisasca (2013, p.132) “diante desse cenário o presidente Sarney sancionou a Lei 7.554 que autorizou a destinação de parte do IPI das empresas siderúrgicas para ser investido no aumento da produção conforme constou no artigo primeiro da lei”.

No ano de 1987, o Plano Bresser inicia a sua tentativa de estabilização da moeda, tendo por objetivo “promover um choque deflacionário na economia, buscando evitar os erros do Plano Cruzado” (GIAMBIAGI et al., 2011, p.116). Para este, a inflação dava-se por questões inerciais e de demanda. Obteve, por sua vez, um maior sucesso que o plano anterior, mas no mercado interno com a preocupação de um novo congelamento dos preços acaba por remarcar os produtos causando conseqüentemente inflação. O período de 1988 é marcado por uma inflação muito alta, um PIB negativo e o principal destaque se deve ao fim da moratória do pagamento dos juros da dívida externa (CARNEIRO, 2002; GIAMBIAGI et al, 2011).

Neste cenário, dava-se o pontapé inicial as privatizações no país, visto que o controle do Estado retraía o desenvolvimento e, portanto, a modernidade tecnológica que se fazia essencial para dar respostas à demanda do mercado. Ficando evidente nas palavras de Neves e Camisasca (2013, p. 129) que:

Para realizar investimentos em tecnologia, evitar o déficit de oferta praticamente imediato no mercado, elevar a capacidade produtiva das usinas para cerca de 24 milhões de toneladas até os últimos anos da década de 1990 e, principalmente, consolidar uma participação estratégica no mercado internacional do aço, a única saída seria a desestatização das siderurgias.

As privatizações ocorreram em dois períodos, no fim dos anos 1980 e no início dos anos 1990. O primeiro período iniciou com o Plano de Saneamento do Sistema Siderbrás onde ocorreram privatizações de pequeno porte, incluídas neste estão a da Cosim (1988), Cimetal (1989), Cofavi (1989), Usiba (1989). Estas em sua maioria eram produtoras de aços longos e foram incorporadas aos Grupos Gerdau e Villares (ANDRADE et al., 2002; NEVES; CAMISASCA, 2013).

Em 1989, ano em que ocorreram as últimas privatizações da década, é lançado o Plano Verão, a moeda que passa a circular no país é denominada Cruzeiro Novo. Termina-se com todos os mecanismos de indexação e com a intenção de não cometer o mesmo erro do plano anterior o governo anuncia por tempo indeterminado o congelamento dos preços. Este plano também não obteve sucesso, visto que a inflação voltou a atingir índices altíssimos (GIAMBIAGI et al., 2011).

Constata-se, que o decorrer desta década foi marcado por experiências políticas, que buscavam alinhar o processo de redemocratização brasileira, mas que devido ao contexto mundial de desaceleração econômica se mostraram desastrosas, comprovando que a intervenção do Estado não era o suficiente para alavancar a economia e trazer a dinâmica interna e externa para o mercado.

Nesse contexto, as siderúrgicas não se mostram capazes de dinamizar a economia nacional, sendo notada uma desaceleração em sua produção e um baixo investimento no setor, podendo o cenário econômico do setor siderúrgico ser sintetizado nas palavras de Andrade et al (2001, p. 2):

Nos anos 80 a crise do Estado brasileiro impedia que fossem realizados investimentos na modernização do parque industrial, distanciando-o cada vez mais dos padrões internacionais de qualidade, produtividade e competitividade. O setor siderúrgico nacional possuía uma produção muito pulverizada, mas que atuava dentro do princípio de auto-suficiência em todos os produtos siderúrgicos, a

qualquer custo, e assim apresentava certa vulnerabilidade, considerando-se, também, que se iniciava o processo de abertura da economia, assim como a globalização do mercado. As principais características da siderurgia brasileira antes da privatização eram, em síntese, as seguintes: setor altamente endividado; parque industrial desatualizado; limitações de investimentos; gestão burocratizada e/ou política; limitações comerciais; baixa autonomia de planejamento e estratégia; e alto passivo ambiental.

Portanto, neste setor havia a predominância de estatais altamente endividadas, o que imobilizava o mercado, os investimentos em pesquisa tecnológica eram baixos e a reformulação dos processos produtivos ocorria de uma forma mais lenta, o que engessava a possibilidade de ganhos em produtividade. Algumas empresas do setor atuavam de acordo com os interesses políticos deixando de lado o principal foco que era o comercial. Deste modo a siderurgia nacional possuía significativos entraves ao desenvolvimento (ANDRADE et al., 2001).

4.2 As privatizações e a alavancagem na siderurgia a partir dos anos 1990

Antes das privatizações o setor siderúrgico do país encontrava-se altamente endividado, com uma tecnologia defasada, pois o controle do Estado reduzia a capacidade de investimento limitando a produção e, conseqüentemente, o comércio interno e externo ficava restringido. Devido à falta de investimento em tecnologia este setor apresentava um alto passivo ambiental. O quadro econômico observado era grave. Mesmo o país possuindo uma das maiores reservas de minério de ferro do mundo, insumo indispensável para o setor, e mão-de-obra obtendo uma vantagem comparativa frente a vários países, mostrava-se com sérios entraves ao desenvolvimento e com uma baixa competitividade no mercado internacional (NEVES; CAMISASCA, 2013).

No ano de 1990 assume a presidência do país, por meio de eleições diretas, Fernando Collor de Mello. Desde 1961, o país não presenciava eleições deste tipo, e grande parte da população votava pela primeira vez. Collor assume o país em situação difícil “a inflação havia ultrapassado 80% ao mês e a economia, que crescera a uma taxa em torno de 7% entre 1930-80, desde meados de 80 se encontrava estagnada” (GIAMBIAGI et al., 2011, p. 131).

Imediatamente a sua posse é lançado o Plano Brasil Novo, popularizando-se como Plano Collor. A moeda passou a ser chamada Cruzeiro, houve o congelamento dos preços e dos salários, entre outras medidas foram privatizadas 24 empresas estatais. Segundo Neves e Camisasca (2013) “os objetivos estratégicos do plano estavam sintonizados com as

recomendações do Consenso de Washington”. As medidas concentravam-se em três pilares principais, sendo eles:

A retirada do Estado das atividades econômicas; a liberalização dos mercados nacionais para a importação de bens e serviços e a entrada de capitais de risco; e a obtenção da estabilidade monetária, por meio do combate intransigente à inflação, ainda que a custo de recessão, aumento do desemprego, contenção salarial e diminuição dos investimentos públicos na área social (NEVES; CAMISASCA, 2013, p.138).

Após a implantação do plano a inflação cede, mas ao final de 1990 ascende chegando a uma média de 20% ao mês, forma-se novamente o caos no país com falta de crédito, desemprego, redução de jornadas de trabalho e salários. O desemprego atingiu mais fortemente os setores da construção civil e a indústria de transformação (NEVES; CAMISASCA, 2013). Devido ao fracasso do primeiro plano, é lançado o Plano Collor II, em 1991, que também não obtém sucesso encontrando-se o Brasil em uma profunda recessão.

Paralelos aos planos que previam conter a inflação eram adotadas políticas que visavam a menor participação do Estado na economia, as privatizações das indústrias de base e a entrada do Brasil ao mundo globalizado (NEVES; CAMISASCA, 2013). A recuperação do atraso da indústria nacional se fazia condição principal para superar o atraso e recuperar a estabilidade dos preços no país. Devido às políticas anteriores terem adotado a substituição de importações com o intuito de fomentar o desenvolvimento interno até aquele momento, segundo Neves e Camisasca (2013, p. 139), o país obtinha “altas tarifas de importação, além de listas de produtos que eram proibidos de serem importados”.

Portanto, é no governo Collor que ocorre a abertura do mercado nacional, reativando-se o processo de privatizações que começou em 1988-89, contendo desse modo a intervenção do Estado na economia. Até então estava no poder do Estado às siderúrgicas que produziam aço plano e aço não plano, que eram responsáveis por mais de 60% do mercado interno, além das empresas telefônicas, de bancos, estradas de ferro, a Valle do Rio Doce - maior mineradora do país e a Petrobrás (NEVES; CAMISASCA, 2013).

Antes das privatizações o mercado brasileiro possuía 43 siderúrgicas em sua grande maioria estatais, o que somava 120 fornos ativos no país, localizava-se principalmente em Minas Gerais e São Paulo, devido às vantagens comparativas da região, pois os custos de produção se faziam reduzidos devido à proximidade ao insumo, à mão-de-obra e aos mercados consumidores (FONSECA; CARVALHO; SILVA, 2010).

Foi por meio da implantação da Lei 8.031, 1990, que Fernando Collor estabelece o Programa Nacional de Desestatização, objetivando este:

Reordenar a posição estratégica do Estado na economia, transferindo à iniciativa privada atividades indevidamente exploradas pelo setor público; contribuir para a redução da dívida pública; permitir a retomada de investimentos nas empresas e atividades que vierem a ser transferidas à iniciativa privada; contribuir para a modernização do parque industrial no país; permitir que a administração pública concentre seus esforços nas atividades em que a presença do Estado seja fundamental para a consecução das prioridades nacionais; além de promover o fortalecimento do mercado de capitais, através do acréscimo na oferta de valores mobiliários e da democratização da propriedade do capital pertencentes às empresas integrantes do programa (NEVES; CAMISASCA, 2013, p. 140).

As privatizações ocorriam também no contexto global, pois não era só no Brasil que as empresas siderúrgicas se mostravam defasadas e geradoras de externalidades negativas, portanto, grupos privados procuraram dinamizar este setor, tornando-o mais moderno, competitivo. Mundialmente as privatizações na siderurgia começaram também nos anos 1980, onde, devido à crise mundial, o setor encontrava-se estagnado reflexo da desaceleração da econômica (NEVES; CAMISASCA, 2013).

Para tanto, cabe ressaltar que os grandes grupos internacionais não se interessaram de imediato pelo setor siderúrgico brasileiro à época das privatizações, isso devido ao envolvimento de reestruturação de seus próprios parques siderúrgicos e também pela baixa competitividade que este setor apresentava no momento relacionado principalmente ao endividamento, a defasagem tecnológica desta indústria que proporcionavam atraso em ganhos de produtividade e qualidade (PICCININI et.al., 2009).

No ano de 1993 já haviam sido privatizadas oito empresas do setor siderúrgico brasileiro, somando 70% da capacidade produtiva nacional. Portanto, segundo Fonseca, Carvalho e Silva (2010, p. 75):

A privatização trouxe ao setor expressivo afluxo de capitais, e muitas empresas passaram a integrar grupos industriais e/ou financeiros cujos interesses na siderurgia se desdobravam para atividades correlatas ou de apoio logístico, com o objetivo de alcançar economia de escala e competitividade

Neste momento de privatizações o cenário brasileiro não era tranquilo, havendo vários protestos contra a recessão e o desemprego e também contra os preços praticados na venda das estatais, estes ocorriam principalmente no eixo Minas Gerais-São Paulo, pois era onde se dava toda a dinâmica do setor. Neste contexto, a primeira empresa a ser privatizada foi a Usiminas, em 1991, pois esta se mostrava, após o saneamento, capaz de atender mais de 40%

da demanda nacional, além de responsável pela produção de 53% das bobinas de chapa grossa, fazendo-se notória sua eficiência (NEVES; CAMISASCA, 2013).

A intenção da privatização do setor estava relacionada à obtenção de atualização tecnológica, a mudança das práticas gerenciais e investimento em P&D; portanto, com isso buscava-se alcançar maior produtividade e competitividade. Como exemplo, pode ser citado o que ocorreu com a Usiminas após sua privatização,

A Usiminas se tornou mais eficiente, competitiva e lucrativa (...) a produção entre 1991, quando a empresa foi privatizada, e 1994 foi à mesma, ou seja, 3,8 milhões de toneladas, mas seu faturamento cresceu de 1,6 para 1,9 bilhões de dólares. E não foi só isso, o número de empregados caiu de 12,4 mil para 10,4 mil e praticamente não houve demissões, a saída encontrada pela empresa foi o estímulo à aposentadoria e ao plano de demissão voluntária. Com isso a produtividade, que era de 328 toneladas por empregado, chegou a 455 e os lucros se multiplicaram, subindo de 11 milhões em 1991 para cerca de 423 milhões de dólares em 1994 (NEVES; CAMISASCA, 2013, p.143).

Devido a denúncias relacionadas ao tesoureiro da Campanha de Fernando Collor de Melo, surgiram investigações que comprovaram o envolvimento do presidente no esquema ilícito de recebimento de dinheiro de empresários em troca de vantagens no governo, dado este cenário o povo saiu às ruas reivindicando o *impeachment* do então presidente, posteriormente em setembro de 1992 seu governo chega ao fim. O vice-presidente Itamar Franco assume o poder, dando continuação às privatizações. Nesta gestão a primeira a ser privatizada foi a Acesita, em outubro de 1992, em abril de 1993 foi à vez da CSN, em 20 de agosto a Cosipa e a última a ser privatizada na gestão foi a Açominas (NEVES; CAMISASCA, 2013).

Quando as privatizações foram concluídas, em 1993, o Brasil ocupava o oitavo lugar como maior produtor de aço do mundo, a produção chegava a 23,9 milhões de toneladas e empregava 117.079 pessoas. Estas colocaram um ponto final no modelo de substituição de importações, onde os segmentos industriais não competiam entre si. O mercado nacional tornou-se mais competitivo, consolidando sua posição de destaque no mercado internacional. Também proporcionou o desenvolvimento regional devido às necessidades geradas pelas empresas, tanto para a cadeia produtiva como para o aporte dos trabalhadores em geral, bem como, uma maior arrecadação tributária. Devido às incorporações e fusões o número de empresas, tanto no cenário nacional como mundial, decresceu (NEVES; CAMISASCA, 2013).

Na tabela 3 podem ser observadas as demais privatizações ocorridas no período 1991-1993, as quais foram acentuadas sob a égide do Plano Nacional de Desestatização (PND), assim as indústrias estatais que ainda restavam foram privatizadas.

As maiores receitas vieram respectivamente das privatizações da Usiminas e CSN, bem como a maior dívida transferida configurou-se em US\$ 884,2 milhões de dólares advinda da Cosipa. No entanto, a receita total acrescida das transferências de dívidas somou US\$ 8.19 bilhões de dólares. Dentre os compradores estavam grandes instituições privadas nacionais.

A partir das privatizações o setor conseguiu ajustar-se ao mercado interno e gerar recursos próprios destinados aos investimentos, possibilitando um melhor atendimento das demandas do mercado, sendo possível estabelecer parcerias e associações (NEVES; CAMISASCA, 2013).

Tabela 3 - Privatizações do setor siderúrgico, 1991 a 1993

Empresas	Data do leilão	Receita de venda	Dívida transferida	Resultado geral	Principais compradores
Usiminas	24/10/1991	1.941,2	369,1	2.310,3	Bozano
Cosinor	14/11/1991	15,0	-	15,0	Gerdau
Piratini	14/02/1992	106,7	2,4	109,1	Gerdau
CST	16/07/1992	353,6	483,6	837,2	Bozano, CVRD e Unibanco
Acesita	22/10/1992	465,4	232,2	697,6	Previ Sistel e Safra
CSN	10/04/1993	1.495,3	532,9	2.028,2	Bamerindus, Vicunha, Docenave, Bradesco e Itaú
Cosipa	20/08/1993	585,7	884,2	1.469,9	Anquila e Brastubo
Açominas	10/09/1993	598,6	121,9	720,5	Cia. Min. Part. Industrial
Total	-	5.561,5	2.626,3	8.187,8	-

Fonte: Andrade et al. 2001..

*valores em US\$ milhões de dólares.

Durante o governo Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso assume o Ministério da Fazenda, com a intenção de colocar a economia nos eixos e conter a inflação, desse modo cria o Programa de Ação Imediata (PAI), em 1993, este trazia medidas a serem tomadas para a organização da economia antes da implantação do Plano Real, visto que, vivia-se sob a ameaça de uma hiperinflação. O programa, portanto, estabeleceu:

Um conjunto de medidas voltadas para a redução e maior eficiência dos gastos da União; recuperação da receita tributária federal; equacionamento da dívida de Estados e Municípios com a União; maior controle dos bancos estaduais; início do

saneamento dos bancos federais e aperfeiçoamento do programa de privatização (NEVES; CAMISASCA, 2013, p. 150).

Junto a ele foi criada, em março de 1994, a URV– Unidade de Valor Monetário que pretendia dar fim a inflação futura. Em 1º de julho do corrente ano é implantada a nova moeda brasileira o “Real”. Este, sim, se mostrou capaz de estabilizar a economia, acalmando as inquietações da população.

Após um ano em curso do Plano Real, a inflação caiu em níveis que a muito não se via no país atingindo cerca de 2% ao mês. Aumentaram os postos de trabalho e o salário mínimo que, em 1994, era de R\$ 64,79 passou em maio do ano seguinte para R\$100,00. O PIB atingiu valores positivos, a produção siderúrgica cresceu cerca de 7%, o consumo de bens duráveis no mercado interno aumentou 50%. O Plano Real obteve um grande êxito o país passou a recuperar-se economicamente, posteriormente Fernando Henrique Cardoso de Mello, então Ministro da Fazenda lança sua candidatura à presidência, sai vitorioso e em 1995 assume governo (GIAMBIAGI et al., 2011).

Os primeiros quatro anos da década de 1990, mesmo sendo conturbados no que diz respeito à saída de Collor do governo e a ascensão de Itamar Franco, bem como nas primeiras medidas adotadas para realinhar a economia e conter a inflação, mostrou-se eficiente na questão de retomar as privatizações e por fim colocar em circulação uma moeda estável. Portanto, surge um paradigma na economia brasileira o qual liberta a indústria das amarras do Estado, promovendo liberalização e globalização dos mercados, do qual pode ser constatado o sucesso até os dias de hoje, sendo o Brasil extremamente competitivo no setor siderúrgico.

5. O PERÍODO PÓS-PRIVATIZAÇÕES E AS MUDANÇAS NO SETOR SIDERÚRGICO NACIONAL

Neste capítulo, com o fim de esclarecer e evidenciar as principais mudanças incorporadas pelo setor siderúrgico após as privatizações será feita uma análise comparativa reunindo os principais dados referentes à competitividade, emprego e produção no setor, contemplando as décadas de 1980 e 1990.

5.1 As principais características do setor na década de 1980

Na década de 1980, o setor siderúrgico sofre com o baixo crescimento do país o que reduziu a demanda interna por produtos siderúrgicos, dando-se isto principalmente a crise da dívida externa. Somando-se a este fato estavam os controles de preços que faziam parte do plano de estabilização da inflação, tornando menos rentável as atividades do setor, bem como a emergência de se gerar divisas a partir das exportações, devido à necessidade de que fossem gerados superávits comerciais. Com isso, as indústrias nacionais, tiveram a necessidade de buscar a ampliação de suas vendas no mercado externo (OLIVEIRA, 2001; ANDRADE et al. 2002)

Devido à maturidade atingida pela indústria siderúrgica dos países desenvolvidos e o aumento da concorrência dos produtos substitutos do aço, a demanda por produtos siderúrgicos se retrai empurrando seus preços para baixo também no mercado internacional, os quais se mostravam ainda mais baixo quando comparados ao mercado interno. Frente a este cenário caem os investimentos no setor, tornando o parque siderúrgico nacional defasado, afastando-se cada vez mais dos padrões de competitividade que já despontavam no mercado internacional (OLIVEIRA, 2001; ANDRADE et al. 2002).

De acordo com Neves e Camisasca (2013) a média dos investimentos na siderurgia no período 1980-83 girava em torno de US\$ 2,3 bilhões de dólares anuais caindo significativamente para cerca de US\$ 500 milhões de dólares em 1984-89.

Outro ponto a destacar refere-se ao fato de que até este período o setor apresentava uma produção pulverizada e uma política setorial que procurava manter a autossuficiência em todos os produtos, visto que se produzia uma gama diferenciada de produtos sem a preocupação com os custos que envolviam essa produção, dando-se isto ao fato de a produção ser pensada e direcionada para o mercado interno, o que acarretava em uma maior

vulnerabilidade externa, dado ao fato da ascensão da globalização do mercado (OLIVEIRA, 2001; ANDRADE, 2002).

Mesmo com esse cenário econômico pouco favorável a produção de aço bruto, o setor, cresce na década de 1980 alcançando 15,3 milhões de toneladas; triplicando seu volume quando comparada ao decênio anterior que atingiu um total de 5,4 milhões de toneladas, passando da posição de 18º para 10º produtor mundial de aço.

Tabela 4 - Indicadores da siderurgia Brasileira, 1988 - 1989

	1988	1989
Produção mundial de aço bruto (10 ³ t)	780.121	785.968
Produção de aço bruto na América Latina	42.378	42.350
Siderurgia brasileira		
Produção	-	-
Aço bruto (10 ³ t)	24.657	25.055
Produtos	-	-
Planos (10 ³)	9.722	9.796
Longos (10 ³ t)	6.431	6.473
Semi-acabados para venda (10 ³ t)	6.166	6.473
Vendas internas (10 ³ t)	11.079	12.289
Exportações (10 ³ t)	10.916	10.780
(10 ⁶ t US\$ FOB)	3.305	3.613
Importações (10 ³ t)	113	305
(10 ⁶ t US\$ FOB)	167	283
Consumo aparente de produtos siderúrgicos	10.764	11.748
Consumo per capita de aço bruto ((kg/hab.)	89	96
Faturamento (10 ⁶ US\$)	9.905	12.672
Impostos pagos (10 ⁶ US\$)	1.312	1.546
Investimentos (10 ⁶ US\$)	496	601
Capacidade instalada (10 ³ t. aço bruto/ ano)	28.000	28.000
Produtividade (t/h/ano)	169	160

Fonte: IABR, 2012.

No fim dos anos 1980 o setor era composto por mais de trinta empresas/grupos que operavam em moldes protecionistas, observados através das altas alíquotas de importação e de preços administrados pelo governo, além das estatais deterem 71% da capacidade instalada da indústria (OLIVEIRA 2001). Na tabela 4 podem ser observados os indicadores da indústria siderúrgica, respectivamente dos anos de 1988 e 1989.

A produção brasileira de aço bruto atingia, em 1989, um total de 25.055 milhões de toneladas, mostrando um pequeno crescimento quando comparada ao ano anterior, representando mais da metade da produção latino-americana. Entre os produtos siderúrgicos, os planos lideravam com 9.796 milhões de toneladas produzidas. As vendas internas apresentaram um crescimento atingindo 12.289 milhões toneladas em 1989, em contraponto as exportações apresentaram uma pequena queda atingindo 10.780 milhões de toneladas no mesmo período. Neste momento (1988-89) ocorreram às primeiras privatizações, as quais englobaram as empresas de pequeno porte, havendo um aumento nos investimentos passando de US\$ 496 bilhões de dólares, em 1988, para US\$ 601 milhões de dólares em 1989. A capacidade instalada se manteve inalterada e a produtividade declinou de 169 t/h/ano para 160 t/h/ano.

Tabela 5 - Produção de Aço segundo Estados Produtores, 1988

Estados	Ano-1988 (mil toneladas)	(%)
Minas Gerais	9.736	39,49
Rio de Janeiro	5.384	21,84
São Paulo	4.557	18,48
Espírito Santo	3.533	14,33
Rio Grande do Sul	470	1,91
Bahia	229	0,93
Paraná	333	1,35
Pernambuco	290	1,18
Ceará	70	0,05
Pará	12	0,17
Alagoas	42	0,17
Total	24.657	-

Fonte: OLIVEIRA, 2001.

Quando observada em termos geográficos a produção brasileira de aço mostra-se muito concentrada na região Sudeste. A tabela 5 mostra a produção de aço segundo os estados produtores no ano de 1988, bem como seus percentuais de produção. Em 1988, os quatro estados da região Sudeste detinham um total de 94% da produção nacional de aço. Já Paraná e Rio Grande do Sul foram responsáveis por 3,3% da produção. Os cinco demais estados, juntos, totalizaram 2,5 % da produção do país no referente ano.

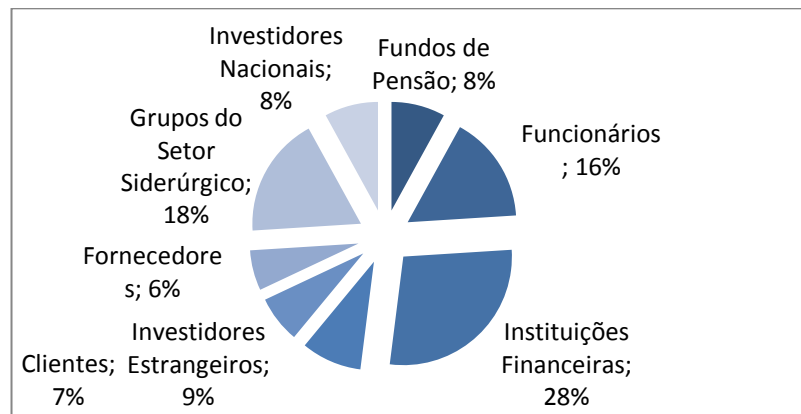
Portanto, ao término desta década o país possuía uma produção siderúrgica crescente, porém com uma baixa competitividade devida à defasagem tecnológica, a pulverização do setor e altos custos de produção.

5.2 Década de 1990: pós-privatizações

O setor siderúrgico passou por profundas mudanças, a maior delas consiste no processo de privatizações, ocorrendo estas em nível mundial. No Brasil este teve início em 1988-89 com a privatização de pequenas empresas, mas as grandes estatais somente foram privatizadas nos primeiros anos da década de 1990.

Nos países em desenvolvimento segundo Oliveira (2001, p. 1) “a iniciativa privada não possuía o capital necessário para bancar a montagem das usinas. Foi necessária a presença do Estado”, assim estes países puderam contar com este setor indispensável ao desenvolvimento econômico. Porém, com os ajustes tecnológicos o setor tornou-se mais competitivo atraindo o interesse de grandes grupos siderúrgicos internacionais que buscavam a expansão de suas empresas, no período pós-privatizações as participações acionárias mudaram consideravelmente devido aos processos de aquisições e fusões observados no setor (PICCININI et al., 2009; DIEESE, 2012). No entanto, os principais acionistas deste processo podem ser vistos no gráfico 2. As instituições financeiras detinham 28% das ações, os grupos do setor siderúrgico 18% e os funcionários 16% ao término da década de 1990. Os fundos de pensão eram responsáveis por 8% das ações passando a fazer parte da esfera financeira. Os 30% restantes das ações ficaram a cargo de investidores nacionais e estrangeiros, bem como de clientes e fornecedores.

Gráfico 2 - Acionistas pós-privatizações



Fonte: ANDRADE; CUNHA, 2002.

De acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2012) as principais transformações setoriais observadas no período pós-privatizações estiveram relacionadas à composição patrimonial das empresas e no padrão de concorrência ou regulamentação da indústria.

Tanto em nível nacional como mundial, houve a tendência à concentração, vista através da redução do número de produtores para cada produto; à especialização onde as empresas passaram a abandonar as linhas nas quais não apresentavam competitividade e especializaram-se em linhas de produtos que apresentavam alguma vantagem, ao aumento da produtividade, bem como a tendência ao aumento do comércio internacional (OLIVEIRA, 2001).

Após, a reestruturação deste setor com os processos de privatizações, e posteriormente fusões e aquisições que marcaram a década de 1990, o parque siderúrgico nacional passou a contar com vinte e nove usinas administradas por onze grupos empresariais, podendo sua distribuição ser observada na figura 1.

Figura 1 – Mapa do Parque Siderúrgico Nacional, 2012



Fonte: IABR, 2012.

A maior concentração de usinas está na região Sudeste, principalmente, devido à quantidade e qualidade do minério de ferro. As regiões Sul, Nordeste e Norte também apresentam usinas, porém somadas representam um número bem inferior de usinas que o Sudeste. A produção de aço segundo os estados produtores na década de 1990 pode ser observada na tabela 6.

A região Sudeste mantém sua posição de principal produtora de aço do país, atingindo um percentual produtivo de 94,36%, em 1998. Os estados do Rio Grande do Sul e Paraná juntos somaram um percentual de 3,17% da produção nacional de aço, em 1998. O estado de Alagoas atualmente não faz mais parte do parque produtivo nacional. Segundo Oliveira (2001, p. 6) “nem mesmo a região Sul, mais próxima dos países do MERCOSUL, cuja importância como destino das exportações brasileiras de aço cresceu na década de 90 aumentou a sua participação na produção nacional”.

Tabela 6 - Produção de aço por estados no Brasil - 1992/1998
(Mil Toneladas)

Estados	1992	(%)	1996	(%)	1998	(%)
Minas Gerais	9.427	39,39	9.775	38,73	9.669	37,53
Rio de Janeiro	5.796	24,22	5.955	23,60	5.973	23,19
São Paulo	4.006	16,74	4.680	18,54	4.609	17,89

Espírito Santo	3.424	14,31	3.573	14,16	4.056	15,75
Rio Grande do Sul	421	1,76	454	1,80	567	2,20
Bahia	330	1,38	381	1,51	396	1,54
Paraná	239	1,00	219	0,87	249	0,97
Pernambuco	174	0,76	136	0,54	163	0,63
Ceará	63	0,26	63	0,25	78	0,30
Pará	38	0,16	1.00	-	-	-
Alagoas	16	0,07	-	-	-	-
Total	23.934	-	25.237	-	25.760	-

Fonte: OLIVEIRA, 2001.

5.2.1. Competitividade

As privatizações junto à abertura comercial tiveram um papel impar na reestruturação da indústria siderúrgica nacional, relacionado este à maior exposição do setor a um ambiente de concorrência o que obrigou as empresas a buscarem o aumento de produtividade, da tecnologia e escala para que fossem atingidas vantagens competitivas. Sendo para isso imprescindível o aumento dos investimentos e da escala de produção, e para que isso fosse possível era necessária uma melhora na situação financeira das empresas (OLIVEIRA, 2001).

5.2.1.1. Situação financeira das empresas

Um importante fator para que se alcançasse competitividade estava na melhoria da situação financeira das empresas. Sendo assim, segundo Andrade et al (2001, p. 4) “as empresas se beneficiaram da capitalização de novos sócios empreendedores e com o alongamento do perfil de endividamento, passando a contar com margens operacionais mais adequadas”.

Através dos indicadores financeiros que abrangem os anos de 1992 a 1995, vistos na tabela 7, pode ser observada a reestruturação das empresas. A Cosipa obteve lucros líquidos negativos que somavam US\$ 297 milhões de dólares em 1992, porém após ser privatizada, em 1993, isto se inverteu e lucros líquidos alcançaram a casa de US\$ 74 milhões de dólares, que foram atingidos em 1995. Bem como, o patrimônio líquido da empresa dobrou no período

em questão, passando de US\$ 793 milhões de dólares, em 1992, para um total de US\$ 2.059 milhões de dólares em 1995.

As demais empresas, Acesita, CSN, CST, e Usiminas que também foram privatizadas nos anos de 1991 a 1993, sob a égide do Plano Nacional de Desestatização (PND), também apresentaram lucros líquidos e faturamentos crescentes, bem como uma situação líquida positiva.

No que diz respeito à Açominas, a qual foi privatizada em 1993, esta apresentou um aumento no faturamento passando de US\$ 394 milhões de dólares em 1992 para US\$ 678 milhões de dólares em 1995. Porém, o patrimônio líquido que se manteve sob um valor médio de US\$ 2.635,75 milhões de dólares durante os quatro anos analisados.

As questões discutidas anteriormente relacionadas ao faturamento, lucro líquido e patrimônio líquido das empresas privatizadas estão contidas na tabela 7.

Tabela7 - Faturamento, Lucro Líquido e Patrimônio Líquido de 1992-1995
(US\$ Milhões)

Empresas (data da privatização)	Ano	Faturamento (US\$ Milhões)	Lucro Líquido (US\$ Milhões)	Patrimônio Líquido (US\$ Milhões)
Acesita (22/10/92)	1992	397	(100)	428
	1993	463	31	499
	1994	774	80	500
	1995	678	82	1.064
Açominas (10/09/93)	1992	394	38	2.567
	1993	430	55	2.852
	1994	648	33	2.850
	1995	678	35	2.244
Cosipa (20/08/93)	1992	863	(297)	793
	1993	799	(579)	1.351
	1994	1.305	(80)	1.650
	1995	1.222	74	2.059
CSN (10/07/92)	1992	1.516	125	4.136
	1993	1.604	22	3.937
	1994	2.209	94	3.932
	1995	2.206	110	5.905
CST (10/07/92)	1992	546	(149)	1.972
	1993	617	33	1.923
	1994	889	93	1.923
	1995	931	190	3.129
Usiminas (24/10/91)	1992	1.256	123	1.395
	1993	1.212	246	1.557
	1994	1.832	200	1.555
	1995	4.160	336	2.813

Fonte: ANDRADE; CUNHA, 2001.

5.2.1.2. Investimentos

Quanto aos investimentos, estes passaram a crescer, pois os controles de preços no mercado interno que eram praticados pelo Estado foram retirados. Assim a rentabilidade externa foi reduzida e as vendas passaram a direcionar-se em volume maior para o mercado interno. Portanto, com a melhora da situação financeira das empresas os investimentos passaram a ascender (OLIVEIRA, 2001).

De acordo com Pinho e Silveira (1998, p. 92) os investimentos seguiam “uma orientação consistente com o encaminhamento de soluções para os principais problemas diagnosticados na siderurgia brasileira”. A modernização da indústria e o enobrecimento da linha de produtos eram perseguidos de forma prioritária pelas empresas.

Em 1990 os investimentos totais no setor somaram US\$ 179 milhões de dólares, atingindo US\$ 11.410 bilhões de dólares no período que contempla 1994 a 2001. Estes se voltaram para “projetos de automação, troca de tecnologia, redução de custos e controle ambiental” (BAPTISTA; SARAIVA, 2004, p. 8). Na tabela 8 apresenta os principais investimentos realizados no setor do período que se estende de 1994 a 2001.

Tabela 8 - Investimentos no setor siderúrgico por unidade produtiva de 1994 a 2001 (US\$ milhões)

Unidades	1994-2001	% sobre o total
Matérias-Primas	44	0,4
Energia	534	4,7
Redução	1.831	16,0
Aciaria	32	0,3
Lingotamento	856	7,5
Laminação	3.758	32,9
Meio-Ambiente	978	8,6
Informática/automação	259	2,3
P&D	41	0,4
Treinamento de pessoal	20	0,2
Outros	3.057	26,8
Total	11.410	100,0

Fonte: ANDRADE; CUNHA, 2002.

Segundo Andrade e Cunha (2002) “a competitividade da indústria siderúrgica brasileira também resulta de um parque industrial de alto nível tecnológico”, assim os investimentos em redução, aciaria, lingotamento e laminação que juntos somaram 64,4% sobre o total investido, resultaram melhorias tecnológicas e aumento de produção.

Na tabela 9, referente ao investimento por segmento no setor siderúrgico, que compreende o período de 1994 a 2001, pode ser observado os substanciais crescimentos obtidos pelos setores.

Os maiores investimentos do período foram feitos no segmento de aços planos, seguido dos aços longos e especiais, que acarretaram em um investimento total de US\$ 11.410 bilhões de dólares, quando somados os três segmentos.

Tabela 9 - Investimento por segmento no setor siderúrgico - 1994-2000.
(US\$ Milhões)

Investimentos	Aços planos	Aços longos	Aços especiais	Setor	% sobre o total
1994	355	295	217	867	7,6
1995	542	192	154	988	8,7
1996	936	99	199	1.334	11,7
1997	1.650	116	134	2.000	17,5
1998	1.691	332	104	2.227	19,5
1999	886	408	65	1.359	11,9
2000	955	234	45	1.234	10,8
2001	1.150	210	41	1.401	12,3
Total	8.195	1.886	1.359	11.410	100,0

Fonte: ANDRADE; CUNHA, 2002.

*os investimento realizados em produtos semi-acabados estão contidos em aços planos e aços longos

5.2.1.3. Tecnologia e P&D

Cabe ressaltar que a renovação tecnológica do setor continuou sendo baseada em processos desenvolvidos externamente. Nos períodos antes e após as privatizações somente foram realizadas mudanças técnicas incrementais no setor, sendo estas de cunho otimizador ou adaptativo. Mesmo o setor nacional estando entre os maiores produções mundiais, não conseguiu desenvolver um aparato técnico com vistas a desenvolver tecnologias de novos processos. Diferentes estratégias tecnológicas foram adotadas pelas empresas do setor, devendo-se isto aos diferentes tipos de inserção destas na divisão internacional do trabalho. (CAMARGOS; DE PAULA, 1997).

No que se refere à Pesquisa e Desenvolvimento, segundo Camargos e De Paula (1997, p.17) comentam: “deve-se notar que os esforços de P&D para adaptação e otimização

dos processos produtivos existentes capacitam o setor a diagnosticar as reais necessidades tecnológicas e, desta forma, selecionar e comprar novas tecnologias mais facilmente a um custo inferior”. Portanto, os esforços de pesquisa e desenvolvimento não se mostraram robustos após as privatizações, praticamente foi dada continuidade ao que já fora feito pelas empresas (CAMARGOS; DE PAULA, 1997).

5.2.2. Escala de produção

No que tange a escala de produção, houve um significativo aumento. Em 1990, foram produzidas 20,6 milhões de toneladas de aço. No decorrer da década a produção foi crescente atingindo 25,0 milhões de toneladas em 1999. O Brasil passou a ser a nona região produtora de aço em nível mundial.

Esse aumento da produção deveu-se ao saneamento das finanças, a maior capacidade de investimento, que acabaram por promover ampliações tecnológicas, bem como a redução dos custos de produção (ANDRADE et al., 2001). Estando entre estes custos os empregos diretos gerados pelo setor. Com a redução dos postos de trabalho e a substituição destes por elementos tecnológicos. Dado o aumento da produção e a redução dos postos de emprego no setor, somados aos investimentos que objetivavam reduzir a defasagem tecnológica, observaram-se substanciais ganhos em produtividade no setor (OLIVEIRA, 2001).

Para tanto, no período que se seguiram as privatizações, este evoluiu de 155 para 423 tonelada/homem/ano em 1999. Os dados citados referentes ao aumento da escala de produção e ganhos em produtividade podem ser observados na tabela 10.

Tabela 10 - Evolução da escala de produção e produtividade no setor siderúrgico, 1990 a1999

Indicadores	1990	1994	1999
Produção (Milhões de t)	20,6	25,8	25,0
Produtividade (t/h/a)	155	264	423

Fonte: BAPTISTA; SARAIVA, 2005.

5.2.3. Relações de emprego

Em contra ponto ao aumento da produção, observa-se uma significativa queda dos postos de emprego direto nesta indústria. Em 1990, o setor era responsável por 131.663 empregos diretos, não ultrapassando a casa dos 63 mil postos de emprego em 1998. Os dados

citados acima podem ser observados na tabela 11 referente à produção de aço, ao emprego total e aos investimentos no setor siderúrgico.

Tabela 11 - Produção de aço, emprego e investimento no setor siderúrgico de 1990-98.

Anos	Produção (Milhões de toneladas)	Emprego Total	Investimentos (US\$ Milhões)
1990	20,6	131.663	179
1991	22,6	121.500	196
1992	23,9	109.707	210
1993	25,2	101.528	247
1994	25,7	97.414	355
1995	25,1	89.246	541
1996	25,2	77.547	936
1997	26,1	73.578	1.650
1998	25,8	62.868	1.520

Fonte: OLIVEIRA, 2001.

No que se refere à queda do nível de emprego no setor, De Paula (1995) ressalta que nas décadas de 1970 e 1980 havia a preocupação governamental com a reestruturação da indústria. Porém, a política industrial adotada pelos governos aconselhava, até certo grau, uma redução do conteúdo energético, além de um aumento substancial da produtividade. Mas, em um ambiente de estagnação da demanda a busca pelo aumento da produtividade resultou em uma redução drástica dos empregos diretos. Assim, frente a esse cenário as empresas e os governos passaram a originar programas que previam a reconversão da mão-de-obra. Estes programas viam como necessário a preparação de grandes contingentes de trabalhadores desempregados, para que pudessem encontrar novos trabalhos assalariados ou abrir um pequeno negócio próprio.

Quanto à relação da reestruturação da indústria siderúrgica brasileira e as questões voltadas à empregabilidade, De Paula (1995, p. 9) argumenta que:

No Brasil os programas de reconversão de mão de obra se resumiram à política de criação de pequenas empresas pelos antigos empregados. E mesmo assim de uma forma indireta, pois se assumiu que esta seria a destinação da indenização recebida nos chamados programas de demissão incentivada [os quais] concedem benefícios adicionais aos estipulados por lei.

Nas cidades, sedes de usinas siderúrgicas as privatizações provocaram crises devido principalmente à redução dos postos diretos de emprego, como exemplo pode ser citada a cidade de Volta Redonda- RJ, onde está localizada a CSN, visto que a cidade se desenvolveu a partir da criação da usina. Assim, segundo COSTA (et al, 2012, p. ?) “no processo de

reestruturação da região e particularmente de Volta Redonda, é o crescimento do setor de serviços que compensou em parte , a retração do setor industrial”. Porém, houve queda na massa salarial devido o setor terciário praticar menores salários que o industrial.

De acordo com Costa (et al, 2012) “ após a privatização,a CSN terceirizou vários departamentos e serviços para empresas, que passaram a praticar salários inferiores aos que a siderurgia oferecia nos tempos em que se classificava como estatal”. Além do setor de serviços novas indústrias instalaram-se nas regiões vizinhas e acabaram por absorver os trabalhadores desempregados, ou seja, o entorno das usinas acaba tornando-se igualmente produtivo e responsável pelo aumento da empregabilidade nestas regiões (COSTA et al, 2012).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância da siderurgia na economia nacional pode ser observada pela grande articulação deste setor com os demais segmentos econômicos através do fornecimento de insumos para a produção. Bem como, pelo setor produtor de aço representar 4% do Produto Interno Bruto. O país atualmente é o nono produtor mundial de aço e ocupa a sétima posição mundial como exportador líquido, representando 12,8% do saldo comercial brasileiro.

Por ser uma indústria de base, ter por característica a posição estratégica para o desenvolvimento industrial e por envolver grande volume de capital necessário à sua implantação, na constituição deste setor observou-se a forte presença do Estado como maior investidor no setor. O interesse do Estado se dava com vistas no estabelecimento da política de substituição de importação e, para isso, a siderurgia era um setor fundamental. Na fase de instalação deste setor observou-se prioritariamente capital nacional advindo do Estado. Após sua instalação observou-se a atração de investimentos estrangeiros através da concessão de subsídios, porém este sob as regulamentações do Estado. No que se refere ao território, este se apresentou como local subordinado às políticas intervencionistas, as quais modelaram as relações econômicas e as sociais, com vistas a um crescimento equilibrado das regiões. Observou-se até a década de 1970, portanto, um Estado máximo e com um forte poder regulador.

No que tange ao desenvolvimento regional este setor foi fundamental para o aumento da dinâmica econômica das regiões, constituindo-se como o principal ator econômico onde foi implantado. A produção foi pulverizada por vários pontos do país, levada ou por condicionantes relacionados com características naturais, como a incidência de minério de ferro, ou por condicionantes econômicos, visto que em alguns pontos em que as usinas se instalaram apresentavam certo grau de industrialização. A siderurgia também foi responsável por altos índices de emprego direto e pelo aumento da urbanização das regiões. Assim, as políticas deste período se deram com vistas a desenvolver as vantagens comparativas das regiões.

Porém, os instrumentos políticos de cunho keynesiano que vinham sendo utilizados se esgotaram na década de 1980 e passaram a ser questionados, dando-se isto principalmente como consequência da ruptura do financiamento externo, da crise da dívida externa, somado a estes a desaceleração econômica dos países desenvolvidos. Isto pode ser observado através do setor siderúrgico nacional, o qual estava altamente endividado, sofrendo com a falta de

investimentos, com uma tecnologia defasada e com crescimento e poder de atuação limitada devido às amarras impostas pelo Estado.

Este cenário somado a abertura comercial e financeira induz ao processo de privatização. Assim, pode ser notada claramente a mudança no papel do Estado, ocorrendo à passagem da unidimensionalidade do poder para a multidimensionalidade do poder, onde mais atores passam a orientar as atividades econômicas no território, sendo responsáveis pelas novas relações socioeconômicas que passam a vigorar. Com isso, o setor siderúrgico até então sob o forte domínio do Estado passa para a mão dos capitais privados, marcando o início de um Estado mínimo na economia.

O controle do setor siderúrgico passa para as mãos de investidores nacionais, funcionários e grupos do setor siderúrgico os quais tem interesse em dinamizá-lo e torná-lo competitivo, para isto, primando pela melhoria das condições financeira através de uma nova gestão administrativa, do aumento dos investimentos resultando em melhoramentos tecnológicos. Porém, parte das ações ficou nas mãos das instituições financeiras, grupos internacionais e fundos de pensão; estes por sua vez buscavam a valorização de suas ações através dos juros gerados na esfera financeira, sem um interesse pelos impactos da atividade siderúrgica sobre o território, pois no novo contexto o território é interpretado apenas como mais um espaço na rede global de geração de bens e serviços.

Quando todas estas relações de poder se manifestam, acabam por trazer uma nova forma de relação social e econômica dentro do território que se traduzem por redes, malhas e centralidades. As regiões que apresentam os requisitos necessários para a competitividade passam a ser inseridas ou se inserem facilmente neste processo espacial e global, porém outras passam a ser preteridas, observa-se assim a fragmentação gerada no território usado. Logo, quando analisadas as mudanças ocorridas na indústria siderúrgica após as privatizações do setor, foi comprovada uma mudança na perspectiva da concepção de território, onde a configuração em rede e a concentração das atividades em espaços competitivos as quais modelaram as relações econômicas e a sociais. Mesmo com a reestruturação da indústria, e o aumento do comércio intra-regional que possibilitou um aumento nos fluxos de exportação para o MERCOSUL, a região Sul, sendo a mais próxima dos países que o compõem, não consegue aumentar a sua participação na produção siderúrgica. Para tanto, observa-se a alta concentração da produção na região Sudeste que se mantém como principal produtora de aço do país atingindo ao final da década de 1990, mais de 94% do total produzido, seguida da região Sul que detém uma menor parcela da produção. Dando-se isto

devido à região Sudeste usufruir de infraestrutura e de todo o mercado que dela demanda, ao contrário da região Nordeste onde a participação percentual é ainda inferior ao da região Sul.

O processo globalizante provocou uma alteração nas relações produtivas, gerou mudanças significativas na estrutura do setor devido à tendência a concentração, vista através da redução do número de produtores para cada produto; à especialização em linhas de produtos que apresentavam alguma vantagem competitiva, do aumento da produtividade, bem como a tendência ao aumento do comércio internacional. O grande aumento da produtividade, que evoluiu de 155 para 423 t/h/ano ao longo da década de 1990, mostrou a imposição do tempo ao território usado, forçando a urgente adaptação a esse novo padrão tecnológico, produtivo e socioeconômico como uma imposição do espaço.

As mudanças na estrutura da indústria siderúrgica podem ser igualmente vistas pelas mudanças sofridas pelo território usado. Em decorrência do aumento da concentração do setor, houve o aumento da produtividade que elevou os níveis de desemprego. Portanto, no que tange ao território - enquanto espaço geográfico - no âmbito da região tem-se a configuração de novas atividades industriais que absorvem a mão-de-obra deslocada da siderurgia, além das atividades a ela vinculada por se tratar de uma indústria de base, também se observou um aumento de emprego no setor de bens e serviços, porém com uma flexibilização dos salários e das regulamentações trabalhistas.

Dessa forma, ficou evidente que a cada período vivido diferentes usos são dados ao território. Para tanto, na década de 1990, com a globalização e o novo modelo de condução da política econômica, que prima pela competitividade, importantes modificações foram verificadas.

Essas mudanças ocorreram devido à postura assumida pelo Estado, o qual passa a ser mínimo e regulador, tornando-se flexível e adaptável às condições impostas pelo mundo global, assim cede seus direitos em definir o uso do território para os demais atores que passam a compor o espaço global.

Quanto à concepção de território, atrelada ao Estado e as possibilidades de desenvolvimento de políticas internas, essa concepção é substituída pela de espaço. A evolução desta concepção é observada pela mudança nas relações de poder, este pincela dentro do território localidades que a partir da realidade inicial dada possa ser subordinada aos imperativos da competitividade.

Essas localidades passam a ser usadas, porém esse uso implica em apropriação que impõe tempos, ritmos e práticas distintas o que transforma estas localidades em espaços competitivos. Mas, ao mesmo tempo em que o espaço se torna mais competitivo maior será a

dominação dos demais atores que passam a emergir, resultando isto em mudanças sociais e econômicas. As relações entre os locais contíguos vão se desfazendo, e as novas relações vão se traduzindo em malhas, redes e centralidades globais. Assim, espaços competitivos dentro de um mesmo território passam a conectar-se e, não mais o território como um todo se interliga. As políticas internas priorizam a competitividade e a inserção no mundo globalizado. O território nação transfigura-se em território usado, se fragmenta em espaços, os quais se condicionam e são conduzidos por influências externas.

Portanto, é concluído que a concepção tradicional de território, tendo o Estado como principal ator evolui para a concepção de “território usado” caracterizado por ser um espaço humano, habitado e dinâmico. Porém, este induz a uma configuração fragmentada, resultando em um território nação composto por “espaços competitivos”, favorecidos por um Estado mínimo. Neste a atuação das medidas políticas não possuem igual alcance, no que tange as relações sociais e o desenvolvimento uniforme das regiões do país. Para tanto, o que o Estado constitui e busca em um momento se desfaz no outro, de acordo com as medidas políticas adotadas decorrentes das influências externas, afetando diretamente o território e alterando sua concepção. A globalização somada às políticas neoliberais conduz o território a um espaço inserido neste contexto maior e a evolução dessa relação irá possibilitar continuamente novas configurações ao longo do tempo vivido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBAGLI, S. Territórios e Territorialidade. In: LAGES, V.; MORELLI, G.; BRAGA, C. (Orgs). **Território em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Rio de Janeiro: RelumeDumará/ Brasília, DF: SEBRAE, 2004. p. 23-70. Disponível em: <http://arquivopdf.sebrae.com.br/customizado/desenvolvimento-territorial/politicas-de-apoio/conheca-o-territorio/territorios-em-movimento> Acesso em: 24 jun 2014.

ANDRADE, M. L. A. de et al. Reestruturação na siderurgia brasileira. Rio de Janeiro: BNDES, 2002. Disponível em: <www.bndespar.gov.br> Acesso em: 20 out. 2014.

ANDRADE, M. L. de et al. Impactos da Privatização no Setor Siderúrgico. **Informe setorial**, Rio de Janeiro: BNDES, jan. 2001. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/relato/relato_1.pdf> aceso em: 14 mai 2014.

ANDRADE, M. L. A. de; CUNHA, L. M. da S. O setor Siderúrgico. In: SÃO PAULO, E. M; FILHO, J. K. **Banco de Desenvolvimento Econômico e Social 50 anos: histórias setoriais**. Rio de Janeiro: BNDES, 2002. Disponível em:<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Publicacoes/Consulta_Expressa/Setor/BNDES/200212_3.html> Acesso em: 05 out 2014.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO CARVÃO MINERAL. **SIDERURGIA**. Santa Catarina, 2014. Disponível em: <http://www.carvaomineral.com.br/interna_conteudo.php?i_subarea=15&i_area=2>

BAPTISTA, Del G. S. R, SARAIVA, L. A. S. As (novas) praticas pós-privatização de atuação comunitária em seis empresas do setor siderúrgico brasileiro. São Paulo: **Caderno de Pesquisas em Administração**, v. 12, n. 1, p. 1-17, janeiro/março 2005. Disponível em: www.revistas.usp.br. Acesso em: 26 dez. 2014

BARROS, G. de. **O problema siderúrgico nacional na Primeira República**, 2011. 245 f. Tese (doutorado em Economia)- Departamento de Economia – Universidade de São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12138/tde-24012012-135049/pt-br.php>> Acesso em: 28 out 2014.

CAMARGOS, P. S; DE PAULA, M. G. Competitividade e privatização: o caso da siderurgia brasileira. **Caderno de pesquisa em Administração**, V. 2, N° 5, p. 17-26, 2° sem/97. Disponível em:<<http://www.regeusp.com.br/arquivos/c5-art3.pdf>> Acesso em: 11 dez 2014.

CARNEIRO, R. **Desenvolvimento em crise: A economia brasileira no último quartel do século XX.** São Paulo: UNESP, 2012.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital.** São Paulo: Xamã, 1996.

COSTA, C. H. M. *et al.* **Privatização da companhia siderúrgica nacional e suas consequências para o mercado de trabalho e a economia do município de volta redonda.** Congresso Internacional de cooperação Universidade-Indústria, Taubaté – SP, 2012.

DE PAULA, G. M. *Programas de reconversão de mão-de-obra: o caso da siderurgia mundial.* **Boletim Técnico do Senac-** Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial- v. 21, n. 3, set-dez. 1995. Disponível em: <<http://www.senac.br/bts/213/2103010021.pdf>> Acesso em: 15 dez 2014.

DE PAULA, J. Território, Redes e Desenvolvimento. In: LAGES, V.; MORELLI, G.; BRAGA, C. (Orgs). **Território em movimento:** cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva. Rio de Janeiro: RelumeDumará/ Brasília, DF: SEBRAE, 2004. p. 71-84. Disponível em: <<http://arquivopdf.sebrae.com.br/customizado/desenvolvimento-territorial/politicas-de-apoio/conheca-o-territorio/territorios-em-movimento>> Acesso em: 24 jun 2014.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS - DIEESE. **Diagnósticos complementares, com base no diálogo social, das demandas com atores para as políticas públicas de emprego, trabalho e renda, em especial a da qualificação profissional: setores naval e siderúrgico do estado do Rio de Janeiro.** São Paulo, 2012.

DINIZ, C. C. **Globalização, escalas territoriais e política tecnológica regionalizada no Brasil.** Belo horizonte: UFMG/ Cedeplar. (Texto para discussão 168), 2001. Disponível em:<www.cedeplar.ufmg.br>Acesso em: 10 Dez. 2014

DINIZ, C. C. A Nova Configuração Urbano-Industrial no Brasil. In: KON, A. **Unidade e Fragmentação:** A Questão Regional no Brasil. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

DINIZ, C. C.; CROCCO, M. **Economia Regional e Urbana:** contribuições teóricas recentes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

FONSECA, P. S. M da; CARVALHO, P. S. L. de; SILVA, M. M. da. Investimento da siderurgia brasileira. In: **Siderurgia: Perspectivas do investimento 2010-2013**. Rio de Janeiro: BNDES, 2010. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Publicacoes/Paginas/pectivas_investimento2010.html> Acesso em: 14 out 2014.

GIAMBIAGI, F. et al. **Economia brasileira e contemporânea: 1945-2010**, 2.ed. São Paulo: Elsevier, 2011.

GOMES, F. M. **História da siderurgia no Brasil**. São Paulo: Itatiaia, 1983.

HAESBAERT, R. Território, espaço e ordem. In: SANTOS, M. et al. Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

HAESBAERT, R. Dos Múltiplos Territórios à Multiterritorialidade. Porto Alegre, set. 2004. Disponível em: <<http://WWW.ufrgs.com.br/petgea/Artigo/rh.pdf>> Acesso em: 24 set 2014.

HIRSCHMANN, A. **The Strategy of Economic Development**. *New Havey*, 1958.

INSTITUTO AÇO BRASIL- IABR. **Siderurgia Brasileira: relatório de sustentabilidade 2007**. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.acobrasil.org.br/site/portugues/biblioteca/Livro_Policy_final_2.pdf> Acesso em: 09 de novembro de 2014.

INSTITUTO AÇO BRASIL- IABR. **Dados consolidados da siderurgia brasileira em 2012**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://www.acobrasil.org.br>> Acesso em : 05 nov 2014.

INSTITUTO AÇO BRASIL- IABR. **Sustentabilidade do Aço**. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em:<http://www.acobrasil.org.br/site/portugues/biblioteca/Folder_Sustentabilidade.pdf> Acesso em: 09 de novembro de 2014.

JATOBÁ, J; ANDRADE, E. G. L. de. **A desregulamentação do mercado e das relações de trabalho no Brasil: potencial e limitações**. Rio de Janeiro: Ed. BNDES. (Texto para discussão n° 312) ago. 1993. Disponível em: <www.ipea.gov.br>Acesso em: 03 out 2014.

JESUS, C. A. G. de. **Aço**. Departamento Nacional De Produção Mineral- DNPM/MG. Sumário Mineral, 2013. Disponível em :<https://sistemas.dnpm.gov.br/publicacao/mostra_imagem.asp?IDBancoArquivoArquivo=8962>Acesso em: 09 de novembro de 2014.

KON, A. **Unidade e Fragmentação: A Questão Regional no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

MAIA, P. H. M. de M; VIEIRA, N. M. **Análise espacial da indústria siderúrgica mineira: sua importância em um contexto regional**. Minas Gerais: UFMG-CEDEPLAR, 2014. Disponível em: <<http://web.cedeplar.ufmg.br/cedeplar/seminarios/ecn/ecn-mineira/2014/site/trabalho/35/analise-espacial-da-industria-siderurgica-mineira-sua-importancia-em-um-contexto-regional>> Acesso em: 12 nov 2014.

MASKEL, Peter, Globalisation and industrial competitiveness: the process and consequences of ubiquification, in E. Malecki and P. Oinas, **Making Connections**, op cit, 1999.

MASSEY, Doreen. Imagining globalisation: power-geometries of time-space. In: BRAH, A., HICHMANN, M.J., MACONGRAILL, M.(ed.). **Future worlds: migration, environment and globalization**. New York: Macmillan, 1998.

MILANEZ, B;PORTO, M. F. de S. **A ferro e fogo: impactos da siderurgia para o ambiente e a sociedade após a reestruturação dos anos 1990**. Brasília - DF – Brasil (IV Encontro Nacional da Anppas), jun. 2008. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT6-61-8-20080509163054.pdf>> Acesso em: 16 nov 2014.

MUNHOZ, D. G. **Economia Aplicada: técnicas de pesquisa e análise econômica**. Brasília: Ed UnB, 1982.

MYRDAL, G. **Economic theory underdeveloped regions**. New York: Harper Rose Publishers, 1957.

NEVES, O. R.; CAMISASCA, M. M. **Aço Brasil: uma viagem pela história do aço**, Belo Horizonte: Escritório de Histórias, 2013. Disponível em: <www.acobrasil.org.br/site/portugues/biblioteca/publicacoes.asp> Acesso em: 23 jun 2014.

NORTH, D. C. **Location theory and regional economic growth**. Journal of Political Economy, vol. LXIII (3), 1955.

OLIVEIRA, M. Jr. **Restrições Comerciais às exportações de produtos siderúrgicos no Mercosul**. Rio de Janeiro: IPEA. (Texto para discussão n° 792) mai. 2001. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0792.pdf> Acesso em: 15 dez 2014.

PERROUX, F. **Note sur la notion de pôle de croissance**, *Economie Appliquée*, t. VIII, 1955.

PICCININI, V. C. et al. A siderurgia brasileira: do protecionismo a liberalização. **5^{ème} colloque de l'IFBAE** – Grenoble, 18 et 19 mai 2009. Disponível em: <www.ifbae.com.br> Acesso em : 15 dez 2014.

PINHO, M.; SILVEIRA, J. M. F. J. da. Os efeitos da privatização sobre a estrutura industrial da siderurgia brasileira. **Economia e Sociedade**, Campinas, (10): 81-89, jun. 1998. Disponível em: <www.eco.unicamp.br> Acesso em: 10 dez 2014.

POSO, A. T. O processo de reestruturação da siderurgia mundial e brasileira: o caso da Companhia Siderúrgica Nacional, 2007, 205 f. Dissertação (Mestrado em geografia) – Departamento de Geografia, Filosofia, Letras e Ciências Humanas- Universidade de São Paulo, São Paulo. 2001. Disponível em: www.teses.usp.br .Acesso em: 29 set 2014.

REIS, J. D. dos. **A concentração do mercado siderúrgico brasileiro e a perda do bem-estar** 2010. 137 f. Tese (doutorado em Ciências)- Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”- Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2010.

RÜCKERT, A. A. Reforma do Estado, reestruturações territoriais, desenvolvimento e novas territorialidades. **GEOUSP** – Espaço e Tempo, São Paulo, N° 17, p. 79 – 94, 2005. Disponível em: <<http://www.geociencias.ufpb.br/posgrad/sernne/artigo56.pdf>> Acesso em: 10 jun 2014.

SANTOS, M. O Dinheiro e o Território. **GEOgraphia**, Ano 1, n° 1, 1999, p. 7-13. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/viewFile/2/2>> Acesso em: 18 jul 2014.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. L. **Território Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 2002.

SCHUMPETER, J. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO- SEPLAN, **Desenvolvimento Regional**, Governo do Amazonas, s/d.

Disponível em:

http://www.seplan.am.gov.br/arquivos/download/arqeditor/planejamento/des_org/treinamentos/Desenvolvimento_Regional.pdf acesso em: 19 out 2014.

SOARES, A. L. S. de; SILVA, L. X. Do determinismo histórico às possibilidades de mudanças institucionais no âmbito do território. **Informe Geopec**, Toledo, v.18, p. 77-87, jan./jun.2014.

SOUZA, N. de J. de. **Desenvolvimento Regional**. Ed. Atlas: São Paulo, 2009.

WILTGEN, R. da S. Notas sobre polarização e desigualdades regionais. **Ensaio FEE**. Porto Alegre, 1991, p. 532-539. Disponível em:<<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/1460/1824>> acesso em: 02 dez 2014.